

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

ANO XII NÚMERO 114 JUNHO TIRAGEM 3.000

MARCHA A BRASÍLIA 2026

Mais de 15 mil gestores
unidos pelo fortalecimento
do municipalismo

REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios e oportunidades
para a arrecadação
municipal

COPA DO MUNDO X TURISMO

Como aproveitar o
evento para alavancar
o setor

MUDANÇA CLIMÁTICA

Como os municípios estão se preparando para os desafios do futuro

- 16 e 17 **Artigo**
RENATA ANDRADE
- 18 e 19 **Contas Públicas**
TECNOLOGIA E EFICIÊNCIA
MARCARAM NOVA ETAPA DAS
COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
- 20 a 21 **Artigo**
DIMAS RAMALHO
- 22 e 23 **Artigo**
LETICIA FORMOSO DELSIN
MATUCK FERES
- 24 e 25 **TCU**
PROGRAMA "JUNTOS PELO
CIDADÃO" FORTALECE CIDADANIA
E DIÁLOGO ENTRE MUNICÍPIOS E
ÓRGÃOS DE CONTROLE NO
INTERIOR PAULISTA
- 26 e 27 **Artigo**
LUCIANO FERREIRA PERES
- 28 e 29 **Mulheres em Destaque**
POR MARILENE MATIOTTONI
- 30 e 31 **EXPOGOV**
APM LEVOU A VOZ DOS
MUNICÍPIOS A UM DOS
MAIORES FÓRUMS DE GESTÃO
PÚBLICA DO PAÍS
- 32 e 33 **CAU**
PARCERIA ENTRE APM E CAU/SP
FORTALECEU A CONSTRUÇÃO
DE CIDADES MAIS INTELIGENTES
E SUSTENTÁVEIS
- 38 a 41 **Turismo na Copa**
ABRASEL E APRECESP
- 46 e 47 **Artigo**
PROFESSOR CARLOS KERBES
- 48 e 49 **Artigo**
ISABELA GIGLIO
- 50 a 52 **Smart Cities**
CIDADES INTELIGENTES,
MUNICÍPIOS MAIS FORTES
- 54 e 55 **Artigo**
FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA
- 56 e 57 **Direito Eleitoral**
O QUE É IMPORTANTE SABER



MUNICIPALISMO, RESILIÊNCIA E A NOVA CAPACIDADE DE GOVERNAR

O municipalismo brasileiro atravessa uma transição silenciosa, porém estrutural. Durante décadas, a principal pauta dos Municípios concentrou-se na ampliação da autonomia federativa e na redistribuição de receitas. Hoje, embora essas discussões permaneçam indispensáveis, já não são suficientes para responder ao novo grau de complexidade que passou a caracterizar a administração pública local. O ambiente institucional tornou-se mais sofisticado, o controle mais orientado por resultados e a responsabilidade administrativa progressivamente vinculada à capacidade de planejamento, prevenção e governança. A gestão municipal deixou de operar apenas sob lógica política e passou a exigir densidade técnica permanente diante de desafios cada vez mais complexos e urgentes. Entre esses desafios, destaca-se uma realidade que deixou de representar preocupação futura para assumir condição concreta de gestão: as emergências climáticas. Chuvas extremas, estiagens prolongadas, enchentes, deslizamentos e eventos severos passaram a impactar diretamente o cotidiano das cidades, impondo aos gestores públicos novas exigências de coordenação, infraestrutura e capacidade de resposta. Nesse contexto, surge uma indagação inevitável: os Municípios estão preparados para enfrentar riscos que passaram a integrar a normalidade administrativa? A resposta exige mais do que ações emergenciais ou investimentos pontuais. Exige planejamento urbano, fortalecimento da defesa civil, inteligência territorial, integração institucional e capacidade efetiva de antecipação de riscos. A transformação da gestão pública também alcança a lógica do contro-



le institucional. Tribunais de Contas, Ministério Público e demais órgãos de fiscalização passaram a exigir coerência entre necessidade pública, decisão administrativa e resultado entregue à sociedade, ampliando a responsabilização do gestor para além da legalidade formal. É nesse cenário que o movimento municipalista reafirma sua importância estratégica. A recente Marcha em Brasília demonstrou que o fortalecimento dos Municípios segue condicionado à articulação institucional, à unidade federativa e à defesa permanente de pautas essenciais, agora inseridas em uma nova etapa: a autonomia política continuará indispensável, mas precisará coexistir com profissionalização administrativa e capacidade técnica permanente. Porque, no cenário contemporâneo, Municípios fortes não serão apenas aqueles que arrecadam mais ou concentram maiores estruturas administrativas. Serão, sobretudo, aqueles capazes de transformar complexidade em capacidade institucional, planejamento consistente e decisões tecnicamente sustentáveis, preservando a essência do municipalismo: a capacidade concreta de melhorar a vida das pessoas.

Fred Guidoni
Presidente da APM



A revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios - APM

PRESIDENTE

Fred Guidoni

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elaine Garcia

MTB 11.565/MG

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Núbia Barros

PUBLICIDADE

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

FALE CONOSCO

11 2165-9999

apaulista@apaulista.org.br

Junho 2026

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



PERIGO

**É ACHAR QUE SÓ ACONTECE
COM OS OUTROS**



**USE A
FAIXA DE
PEDESTRE**



**USE O
CAPACETE
CORRETAMENTE**



**NÃO USE O
CELULAR AO
VOLANTE**



Acesse:
detran
.sp.gov.br/psv

Plano de Segurança Viária

O Plano de Segurança Viária reúne Estado, municípios e sociedade civil em uma estratégia integrada para tornar o trânsito paulista **mais seguro** e **reduzir pela metade** o número de sinistros fatais.

Instituído como um **compromisso permanente**, o programa parte do princípio de que a segurança no trânsito é **responsabilidade de todos**.

Para alcançar esse objetivo, combina **investimentos em infraestrutura, ações de educação** para o trânsito e **fiscalização**.

Estamos determinados a consolidar essa transformação como prioridade em São Paulo.

Juntos, vamos construir um trânsito mais seguro e proteger vidas.



Abertura da XXVII Marcha a Brasília, com a palavra do presidente Paulo Ziulkoski

MARCHA A BRASÍLIA 2026

A força dos Municípios no centro das decisões nacionais

Por Elaine Garcia

Quando os Municípios se reúnem, Brasília escuta. Foi sob esse espírito que mais de 15 mil gestores públicos participaram da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada entre os dias 18 e 21 de maio. Considerado o maior evento municipalista da América Latina, o encontro, organizado pela Confederação Nacional dos Municípios, transformou a capital federal em um grande fórum de debates sobre financiamento público, desenvolvimento local, reforma tributária e os caminhos para o fortalecimento das cidades brasileiras.

Em um ano marcado pelo de-

bate sobre o futuro político e econômico do Brasil, a Marcha ampliou sua relevância ao colocar as cidades no centro das discussões nacionais. Mais do que um encontro institucional, o evento reafirmou o papel dos Municípios como protagonistas na execução das políticas públicas e na construção de soluções para os desafios que impactam diretamente a população.

A abertura contou com a presença de

representantes dos três Poderes, ministros de Estado, parlamentares e dirigentes municipalistas. Ao lado das autoridades, o presi-



Fred Guidoni, presidente APM e vice-presidente CNM

dente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, reforçou uma das principais mensagens do encontro: a necessidade de fortalecer os governos locais diante do crescimento das responsabilidades assumidas pelas administrações municipais. “Quem está na ponta é o Município”, destacou Ziulkoski ao defender uma revisão da relação federativa brasileira e uma distribuição mais equilibrada de recursos e atribuições entre União, estados e Municípios.

Os desafios das cidades brasileiras

A programação abordou temas que fazem parte da rotina dos gestores municipais e que, nos últimos anos, ganharam ainda mais complexidade. Saúde, educação, assistência social, segurança pública, infraestrutura, mudanças climáticas e sustentabilidade fiscal estiveram entre os principais assuntos debatidos.

Grande parte das discussões concentrou-se nos impactos da Reforma Tributária e na necessidade de garantir segurança financeira aos Municípios durante o processo de transição do novo modelo de arrecadação. Também foram debatidos mecanismos para ampliar a capacidade de investimento das prefeituras e fortalecer a autonomia administrativa dos governos locais.

Outro tema que ganhou destaque foi a emergência climática. Painéis específicos discutiram prevenção de desastres, financiamento de ações ambientais e fortalecimento das estruturas mu-



Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski



Augusto Cury, Pré-candidato à Presidência



Geraldo Alckimin, vice-presidente da República

nicipais de defesa civil, refletindo uma preocupação crescente entre os gestores públicos diante dos eventos extremos registrados em diversas regiões do país.

A área da saúde também ocupou posição central nos debates. Prefeitos defenderam a ampliação da participação da União no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), argumentando que os Municípios continuam absorvendo parcela significativa dos custos da assistência à população.

“Ao reunir representantes de diferentes correntes políticas em torno de uma pauta comum, a Marcha reforçou seu papel como espaço de construção institucional e diálogo federativo”.



Autoridades durante a execução do Hino Nacional Brasileiro, na abertura do evento



Flávio Bolsonaro, Pré-candidato à Presidência



Renan Santos, Pré-candidato à Presidência

“Ao reunir representantes de diferentes correntes políticas em torno de uma pauta comum, a Marcha reforçou seu papel como espaço de construção institucional e diálogo federativo”.

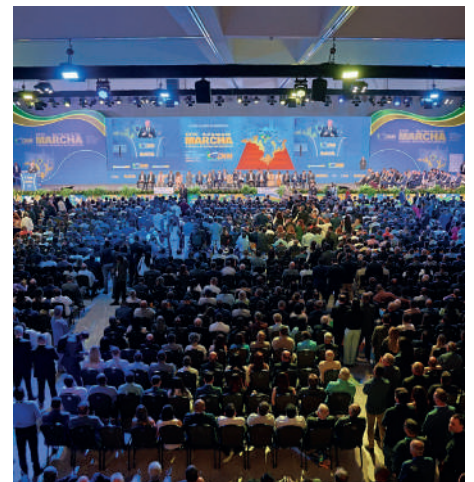
Conquistas e encaminhamentos

Além dos debates, a edição de 2026 também registrou avanços importantes para os Municípios. Entre os destaques esteve a derubada, pelo Congresso Nacional, de vetos que restringiam o acesso de milhares de cidades inadimplentes a recursos federais. A medida deve beneficiar aproximadamente três mil Municípios e permitir a retomada de investi-

mentos em áreas essenciais.

A Marcha também reforçou a defesa dos consórcios públicos intermunicipais como ferramenta de eficiência administrativa, especialmente nas áreas de saúde, meio ambiente, resíduos sólidos e compras compartilhadas.

Educação em tempo integral, inclusão escolar, modernização da gestão pública e fortalecimento da assistência social completaram a lista de prioridades debatidas ao longo da programação.



Mais de 15 mil gestores de todo o país participaram do evento.



A programação abordou temas que fazem parte da rotina dos gestores municipais e que, nos últimos anos, ganharam ainda mais complexidade.

A Carta da XXVII Marcha

O encerramento do evento foi marcado pela leitura da Carta da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, documento que reúne as principais reivindicações e posicionamentos do movimento municipalista brasileiro.

O texto reafirma a necessidade de fortalecer o pacto federativo, ampliar a participação dos Municípios na regulamentação da Reforma Tributária e garantir maior equilíbrio entre responsabilidades e recursos públicos.

A Carta também manifesta preocupação com propostas em tramitação no Congresso Nacional

que, segundo estudos apresentados pela CNM, podem gerar impacto superior a R\$ 270 bilhões aos cofres municipais. Além disso, defende o aumento do financiamento federal para áreas como saúde, educação e assistência social, bem como a ampliação dos investimentos em prevenção de desastres e adaptação climática.

Mais do que um registro institucional, o documento estabelece as prioridades que orientarão a atuação do movimento municipalista nos próximos meses junto ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e às demais instituições da República.



Romeu Zema: Pré-candidato à Presidência



Ronaldo Caiado: Pré-candidato à Presidência

O futuro começa nas cidades

Ao final da XXVII Marcha, uma mensagem permaneceu presente em praticamente todos os discursos e debates: não há desenvolvimento nacional sem Municípios fortes.

É nas cidades que a população busca atendimento médico, educação, infraestrutura, assistência social e respostas para os desafios cotidianos. Fortalecer os governos locais significa ampliar a capacidade do Estado de atender às necessidades reais dos cidadãos.

Ao reunir milhares de gestores públicos em Brasília, a Marcha voltou a demonstrar a força do municipalismo brasileiro e reafirmou um princípio que norteia o movimento há décadas: é nos Municípios que as políticas públicas se transformam em resultados concretos para a população e onde, de fato, a vida acontece.

“Os encontros permitiram que gestores municipais apresentassem diretamente suas demandas e questionamentos aos futuros postulantes ao Palácio do Planalto”.

Elaine Garcia
jornalista

A mudança da sua vida

O MAIOR PROGRAMA HABITACIONAL DA HISTÓRIA DE SÃO PAULO

- Mais de 86 mil moradias entregues
- Mais de 350 mil famílias atendidas
- Mais de 116 mil moradias em obras
- Mais de 150 mil imóveis regularizados
- Investimento de R\$ 9 bilhões

Saiba mais em:

casapaulista.sp.gov.br

**EUNICE
ROCHA**

Dona de um novo lar



Fred Guidoni: sobre a resiliência climática, defendeu uma atuação integrada entre governos, iniciativa privada e sociedade civil.

Emergência Climática entrou na Agenda Permanente dos Municípios

Durante a XXVII Marcha a Brasília, lideranças municipalistas e especialistas defenderam planejamento, prevenção e cooperação regional para fortalecer a capacidade das cidades diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Por Elaine Garcia

Os impactos das mudanças climáticas sobre os municípios brasileiros estiveram entre os temas mais relevantes debatidos durante a XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Em um cenário marcado pelo aumento da frequência dos eventos extremos, gestores públicos, especialistas e representantes de instituições nacionais reuniram-se no painel “Emergência Climática e Conclima” para discutir estratégias capa-

zes de fortalecer a prevenção de desastres e ampliar a resiliência das cidades.

Entre os participantes do debate, o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Fred Guidoni, destacou a necessidade de transformar a pauta climática em uma política permanente de gestão pública. Em sua análise, os desafios ambientais deixaram de representar uma preocupação futura para se

“O mapa da resiliência climática está mudando rápido, e precisamos de respostas e de um traçado estratégico bem fundamentado, com ações de curto, médio e longo prazo”.

tornarem uma realidade que exige respostas imediatas dos administradores municipais.

“O mapa da resiliência climática está mudando rápido, e precisamos de respostas e de um traçado estratégico bem fundamentado, com ações de curto, médio e longo prazo”, afirmou

Guidoni ao defender uma atuação integrada entre governos, iniciativa privada e sociedade civil.

Durante sua participação, o presidente da APM ressaltou que a adaptação climática deve estar incorporada ao planejamento das administrações municipais, tanto do ponto de vista técnico quanto orçamentário. Para ele, a prevenção precisa ser tratada como prioridade permanente da gestão pública.

“Isso precisa ser uma política de governo, uma política orçamentária e ter recurso disponível”, destacou.

A discussão evidenciou que os municípios estão na linha de frente dos impactos provocados pelas mudanças climáticas. Enchentes, períodos prolongados de estiagem, deslizamentos e outros eventos extremos têm exigido cada vez mais capacidade de resposta dos gestores locais, reforçando a importância do planejamento preventivo e da preparação das comunidades.

O painel contou ainda com a participação do coordenador-geral de Ciência do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Márcio Rojas da Cruz, que apresentou dados sobre o agravamento dos eventos climáticos no país e destacou ferramentas de monitoramento e adaptação disponíveis



para auxiliar os municípios. Márcio Rojas da Cruz apresentou dados sobre o agravamento dos eventos climáticos no país e destacou ferramentas de monitoramento e adaptação disponíveis para auxiliar os municípios.

para auxiliar os municípios.

Outro destaque foi a apresentação do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres (Conclima), iniciativa criada para ampliar a cooperação entre cidades e fortalecer ações conjuntas de enfrentamento aos desafios climáticos. O modelo foi apresentado como uma alternativa para compartilhar conhecimento técnico, promover capacitação e ampliar a capacidade de prevenção dos municípios.

Os números apresentados durante o encontro reforçaram a dimensão do desafio. Nas últimas décadas, milhares de decretos de emergência e calamidade pública foram registrados em todo o país, evidenciando a necessidade de investimentos permanentes em prevenção, infraestrutura e planejamento urbano.

Ao participar de um dos debates mais estratégicos da programação da Marcha, Fred Guidoni reafirmou o compromisso da Associação Paulista de Municípios com a construção de políticas públicas voltadas à segurança, à sustentabilidade e à qualidade de vida da população. O encontro demonstrou que enfrentar a emergência climática tornou-se uma das principais responsabilidades da gestão pública contemporânea.

Elaine Garcia
jornalista





El Niño e a ausência do federalismo climático: Uma tragédia anunciada

Por Paulo Ziulkoski

Enquanto o mundo volta sua atenção para a Copa do Mundo que ocorre nos Estados Unidos, outro grande fenômeno global teve início oficial na mesma data da cerimônia de abertura dos jogos. No dia 11 de junho a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) emitiu alerta oficial informando que o El Niño começou oficialmente.

Embora a NOAA também tenha indicado 63% de probabilidade de o fenômeno atingir intensidade muito forte, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta que a população brasileira já está em sério risco. Isso porque, a agência americana informou que os ventos sobre o

Pacífico equatorial já começaram a mudar e que a atmosfera já está reagindo ao aquecimento do oceano.

Não se trata de alarmismo, mas de uma leitura baseada em dados e fatos. A CNM destaca que, de 2013 a 2025, 95,1% dos Municípios brasileiros já foram atingidos ao menos uma vez por algum tipo de desastre, totalizando quase 60 mil decretações municipais. Entre os principais motivos de decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública estão a escassez hídrica, por secas e estiagens, o excesso de chuvas, com tempestades, alagamentos e vendavais, e os incêndios florestais. O País já soma mais de 3 mil mortos, milhares de desabriga-

“Diante de tantos dados e fatos sobre a grave situação dos Municípios para enfrentar extremos climáticos como os que podem ocorrer com o El Niño, o federalismo climático soa como utopia”.

dos e desalojados e quase R\$ 800 bilhões em danos e prejuízos provocados por desastres.

Os números são alarmantes e demonstram que a situação já não comporta adiamentos. Se quase 80% de todos os impostos pagos pela população ficam com a União

e os Estados, não é justo que o financiamento das políticas climáticas recaia sobre os Municípios por meio da criação de novos tributos locais. Como exigir de prefeitos e prefeitas que ampliem a arrecadação municipal para enfrentar as mudanças climáticas e responder ao El Niño, quando milhares de brasileiros já sofrem, todos os anos, os impactos financeiros dos desastres?

A situação se agrava quando se observa que uma pesquisa da CNM, realizada em 2025 e publicada em 2026, mostra que apenas 3 em cada 10 Municípios disseram estar preparados para enfrentar extremos climáticos. Além disso, esse dado não considerou um ponto importante: à época da pesquisa, ainda não se cogitava um El Niño de intensidade muito forte, capaz de agravar secas em Municípios já atingidos pela escassez hídrica e intensificar chuvas em Municípios historicamente expostos a precipitações extremas.

Diante de atribuições crescentes, os Municípios enfrentam sérias limitações operacionais. De acordo com dados da CNM sobre as estruturas das defesas civis municipais, 43% dos Municípios contam com até três servidores para cumprir todas as 18 atribuições da defesa civil.

Mapeamento de áreas de risco, elaboração de planos, obras de prevenção e ações de resposta em caso de desastre são exemplos de tarefas urgentes que não dependem apenas da vontade política de prefeitos e prefeitas.

Afinal, a pesquisa da CNM revelou que 67% dos gestores municipais precisam de apoio financeiro para ações de prevenção de desastres e 56% apontaram a necessidade de assistência técnica para



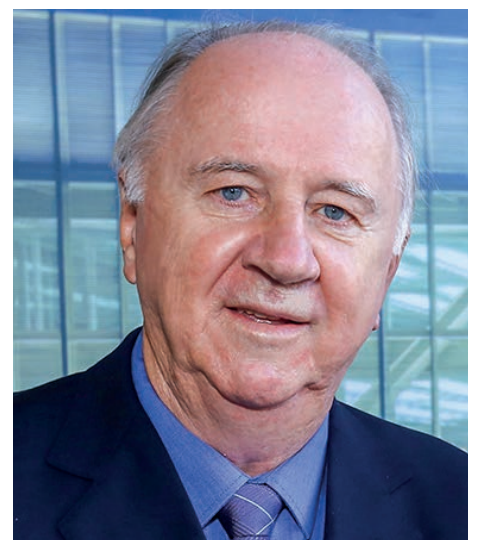
avaliação de danos e prejuízos. O cenário da defesa civis municipais é de estruturas fragilizadas, acúmulo de funções, escassez de pessoal qualificado e ausência de apoio técnico e financeiro efetivo da União e dos Estados.

Entretanto, na teoria, as legislações federais ressaltam a importância da atuação integrada e articulada entre os entes federativos, mas o fazem de maneira genérica, sem metas claras, sem prazos definidos e sem garantir, na prática, a cooperação necessária para a implementação das políticas climáticas. Embora esse tema já devesse estar claramente consolidado na Constituição Federal, e apesar das diversas emendas já feitas à Carta Magna, o Congresso Nacional ainda não priorizou de forma suficiente o enfrentamento da emergência climática, mesmo diante da existência de um instrumento capaz de mudar

a realidade da prevenção e da resposta aos desastres: a PEC 31/2024, que prevê cerca de R\$ 30 bilhões para adaptação e resiliência climática.

Quando se fala em federalismo climático, o que está posto parece se afastar do campo das políticas públicas concretas. Diante de tantos dados e fatos sobre a grave situação dos Municípios para enfrentar extremos climáticos como os que podem ocorrer com o El Niño, o federalismo climático soa como utopia. Uma fantasia perigosa que apenas adia o que já não podemos mais esperar. Afinal, a emergência climática não é mais uma previsão futura — é uma realidade que já faz milhares de vítimas nos Municípios. E a pergunta que precisa de resposta hoje é apenas uma: o que falta

para União e Estados entenderem que, sem apoio técnico e financeiro, não existe federalismo climático nem prevenção eficaz de desastres?



Paulo Roberto Ziulkoski

Advogado e presidente da CNM. Foi prefeito de Mariana Pimentel (RS), presidiu o setor jovem na divisão gaúcha do MDB, e presidente da Famurs.



Auditoria Climática Municipal: governança, resiliência e competitividade para os municípios Paulistas

Por Renata Andrade

As mudanças climáticas deixaram de ser uma preocupação abstrata do futuro para se tornarem uma realidade concreta da gestão pública cotidiana. Enchentes, deslizamentos, secas prolongadas, ondas de calor e incêndios florestais já impõem aos municípios brasileiros custos crescentes em infraestrutura, saúde pública e reconstrução urbana. Mais do que uma questão ambiental, o clima tornou-se um vetor estratégico de governança, desenvolvimento econômico e segurança institucional e ignorá-lo representa um risco fiscal e social cada vez menos aceitável.

No Estado de São Paulo que concentra 645 municípios e responde por cerca de um terço da economia

nacional, esse cenário é particularmente sensível. Cidades como São Sebastião, Ubatuba, Santos, Guarujá, Franco da Rocha, Campinas e São José dos Campos já convivem com os impactos diretos de eventos climáticos extremos, que exigem investimentos crescentes em prevenção e adaptação. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), mais de 80% das cidades brasileiras já registraram consequências dessas ocorrências, com custos que alcançam bilhões de reais por ano.

Diante desse quadro, a Associação Paulista de Municípios APM e a RGCS Rede de Governança Climática e Sustentabilidade unem forças em uma iniciativa inédita

mundialmente: a implementação da Primeira Auditoria Climática Municipal baseada no IGC, o Índice de Governança Climática (pioneiro mundialmente).

Uma metodologia à altura do desafio

Desenvolvido pela RGCS, o IGC avalia o grau de maturidade climática dos municípios por meio de uma abordagem multidimensional baseada em evidências e critérios técnicos robustos. É operacionalizado pela plataforma Score Climático, solução tecnológica que consolida informações estratégicas, gera diagnósticos

auditáveis e oferece visão abrangente sobre vulnerabilidade, capacidade adaptativa e resiliência territorial.

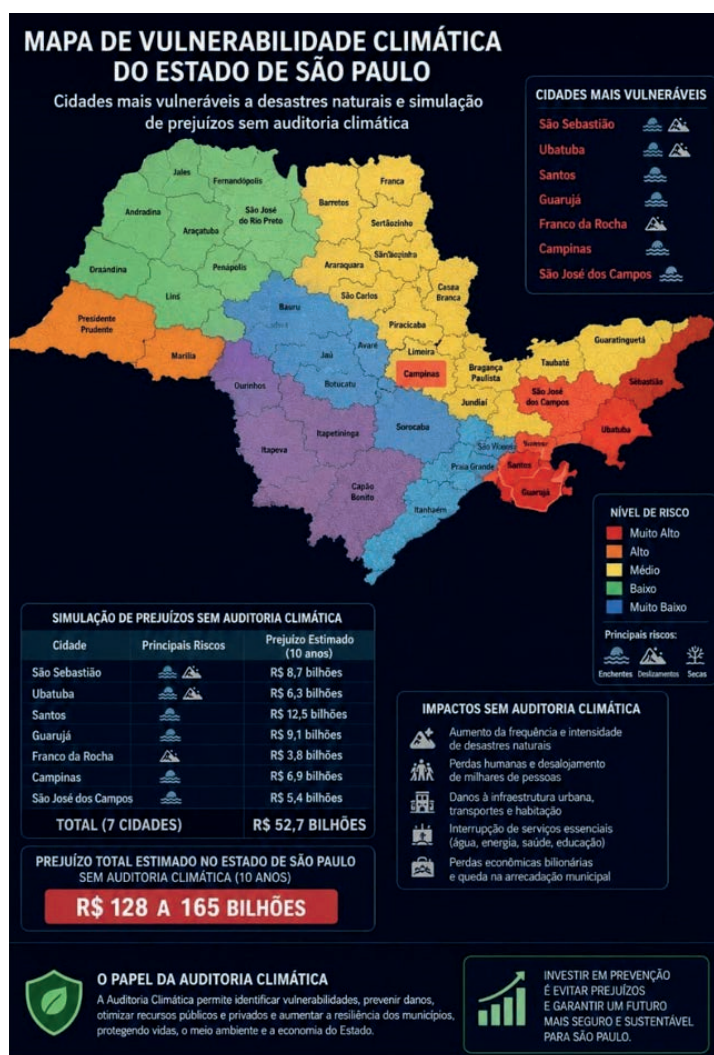
A metodologia cobre 14 dimensões fundamentais: Governança Climática, Planejamento Territorial, Gestão de Riscos e Desastres, Recursos Hídricos, Saneamento Ambiental, Mobilidade Sustentável, Energia e Transição Energética, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Educação Climática, Saúde e Vulnerabilidade, Infraestrutura Resiliente, Economia Verde e Finanças Climáticas, e Transparência e Monitoramento. Cada dimensão é composta por indicadores específicos que revelam o nível real de cada município.

O que diferencia a Auditoria Climática Municipal é sua capacidade de transformar dados em decisões. Por meio do Score Climático, gestores podem realizar diagnósticos completos, identificar vulnerabilidades críticas, monitorar indicadores em tempo real e acompanhar a evolução do desempenho ao longo do tempo. O resultado é um diagnóstico técnico capaz de orientar investimentos e apoiar políticas públicas baseadas em evidências, e não em emergências.

Essa passagem de uma gestão reativa para uma gestão preventiva e estratégica é, hoje, um diferencial competitivo determinante para qualquer município.

Clima, competitividade e acesso a recursos

A sustentabilidade climática tornou-se um dos principais cri-



térios de atratividade territorial no mundo. Governos, organismos internacionais e investidores privados direcionam recursos para localidades que demonstram capacidade de gestão de riscos e compromisso com a adaptação climática. A crescente incorporação de critérios ESG nas decisões de crédito e investimento reforça essa tendência, tornando a governança climática um ativo concreto e mensurável para os municípios.

A Reforma Tributária e a criação do IBS também ampliam a importância da eficiência administrativa como fator de elegibilidade para programas, fundos e oportunidades econômicas. Municípios preparados para mensurar riscos e demonstrar capacidade de adaptação sairão na frente.

São Paulo pode liderar o Brasil

A implementação da Auditoria Climática em escala estadual representa uma oportunidade histórica. Ao consolidar informações dos 645 municípios paulistas, será possível construir a maior base de dados de governança climática municipal do país, um ativo estratégico para orientar investimentos e formular políticas públicas mais eficientes em todas as esferas de governo. Com o IGC e a plataforma Score Climático, São Paulo tem condições de se tornar referência mundial em adaptação climática, cidades resilientes e desenvolvimento sustentável. Investir em governança climática não é apenas uma medida ambiental. É uma estratégia de desenvolvimento econômico, segurança institucional e qualidade de vida para as gerações de hoje e para as que ainda estão por vir.



Renata Andrade
Presidente da Rede Governança Climática de Sustentabilidade



Fred Guidoni, presidente da APM e Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da CNM

Tecnologia e eficiência marcaram nova etapa das compras públicas municipais

Parceria entre APM e CNM garantiu acesso gratuito ao E-Compras CNM para municípios associados, ampliando a digitalização dos processos de aquisição de bens e serviços e reduzindo a burocracia na gestão pública.

Por Elaine Garcia

A transformação digital da administração pública ganhou um novo capítulo durante a XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Em meio às discussões sobre inovação, eficiência e modernização da gestão municipal, a Associação Paulista de Municípios (APM) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) oficializaram uma parceria para dis-

ponibilizar aos municípios paulistas o E-Compras CNM, plataforma eletrônica voltada à realização de compras públicas de forma mais ágil, transparente e eficiente.

O acordo representou um importante avanço para os gestores municipais ao oferecer acesso gratuito a uma ferramenta desenvolvida para simplificar processos de aquisição de bens e serviços,

“Todos os prefeitos e prefeitas reclamam das licitações. A gestão pública mudou, a sociedade mudou e os processos também precisam evoluir para acompanhar essa nova realidade”.

reduzindo etapas burocráticas e ampliando a competitividade entre fornecedores. A iniciativa passou a integrar os esforços das entidades municipalistas para promover uma gestão pública mais moderna e alinhada às demandas atuais dos municípios.

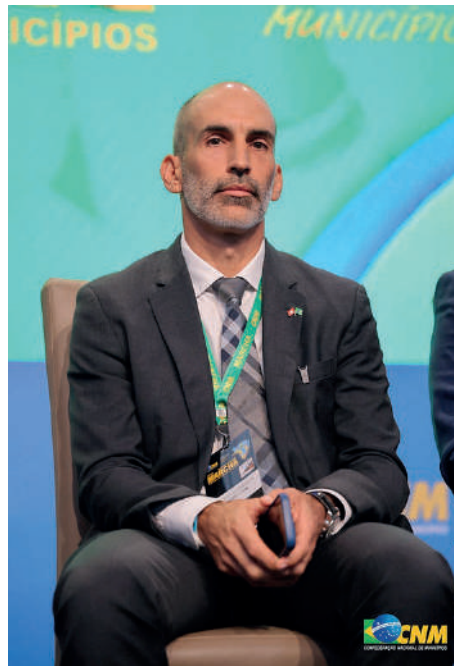
A plataforma foi apresentada durante a Marcha como uma solução capaz de transformar a dinâmica das contratações públicas. Com um banco de dados que já reúne mais de 80 mil fornecedores credenciados, o sistema foi estruturado para atender demandas recorrentes das administrações municipais, incluindo a aquisição de materiais de escritório, produtos de limpeza, equipamentos, passagens aéreas e diversos outros serviços de uso cotidiano.

Consultor da CNM e um dos responsáveis pela apresentação da ferramenta, Martín Haerberlin destacou que o projeto nasceu a partir de uma necessidade amplamente compartilhada pelos gestores públicos brasileiros: tornar as compras governamentais mais rápidas e compatíveis com a velocidade exigida pela administração

contemporânea. “Todos os prefeitos e prefeitas reclamam das licitações. A gestão pública mudou, a sociedade mudou e os processos também precisam evoluir para acompanhar essa nova realidade”, afirmou durante a apresentação da plataforma.

Segundo Haeberlin, um dos diferenciais do sistema está na centralização dos processos de habilitação dos fornecedores. Em vez de apresentar a mesma documentação repetidamente para diferentes municípios, as empresas realizam um único credenciamento na plataforma, que passa a concentrar e validar as informações necessárias para futuras contratações. O modelo reduz custos operacionais, simplifica procedimentos e amplia o acesso dos municípios a um universo maior de fornecedores qualificados.

Para o presidente da Associação Paulista de Municípios e vice-presidente da CNM, Fred Guidoni, a iniciativa respondeu a uma demanda histórica dos gestores municipais. Em sua avaliação, a busca por maior eficiência nas compras públicas tornou-se uma das prioridades das administra-



Mártin Haeberlin :Consultor da CNM e um dos responsáveis pela apresentação da ferramenta.

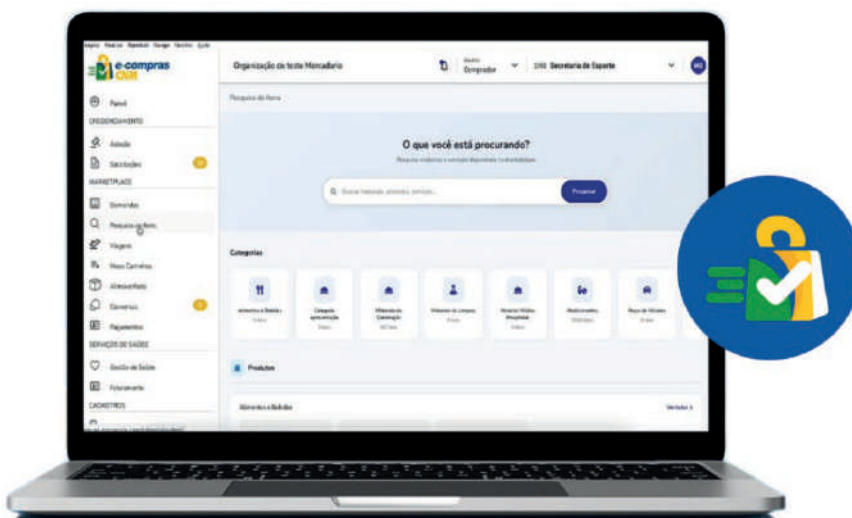
ções locais diante da necessidade de entregar melhores resultados à população com recursos cada vez mais limitados. “Agilizar os processos de compra é uma grande preocupação de prefeitos e técnicos. Faltava um sistema mais simples e unificado. A APM foi uma das primeiras entidades municipalistas a oficializar essa parceria e irá disponibilizar gratuitamente aos seus associados

“A APM foi uma das primeiras entidades municipalistas a oficializar essa parceria e irá disponibilizar gratuitamente aos seus associados uma plataforma que já nasce com um banco de dados gigantesco”.

uma plataforma que já nasce com um banco de dados gigantesco, modernizando a aquisição de bens e serviços”, destacou.

Guidoni ressaltou ainda que os benefícios da iniciativa vão além da modernização administrativa. Segundo ele, a simplificação dos processos gera reflexos diretos na qualidade dos serviços prestados à população, reduzindo entraves burocráticos e permitindo respostas mais rápidas às demandas municipais.

O lançamento do E-Compras CNM reforçou uma das principais mensagens da XXVII Marcha a Brasília: a inovação tecnológica tornou-se um instrumento indispensável para fortalecer a capacidade de gestão dos municípios brasileiros. Ao ampliar o acesso a ferramentas digitais e simplificar procedimentos administrativos, iniciativas como essa contribuem para uma administração pública mais eficiente, transparente e preparada para os desafios do futuro.



A plataforma foi apresentada durante a Marcha a Brasília como uma solução capaz de transformar a dinâmica das contratações públicas.

Fonte: CNM



Atenção resgatada

Por Dimas Ramalho

A promulgação da lei que proibiu o uso de telefones celulares nas escolas brasileiras, no início de 2025, marcou uma mudança expressiva na rotina e na dinâmica de convivência dentro das salas de aula do país. A medida, afinal, interveio diretamente no microcosmo do cotidiano escolar e nos hábitos das famílias, disposta a enfrentar o desafio da dispersão digital.

Em um debate tensionado por paixões ideológicas e relatos anecdóticos, oscilando não raro entre o alarmismo tecnofóbico e o deslumbramento digital, o recurso a dados e estudos robustos surge como um esteio indispensável para qualificar a gestão pública nesse campo.

É sob essa ótica que ganham relevância as pesquisas coordenadas pela Universidade Stan-

ford, por meio do Centro Lemann e da iniciativa Equidade.info. Ao cruzar a percepção direta da comunidade escolar com uma avaliação do impacto causal nos resultados acadêmicos, os estudos revelam que o veto aos aparelhos não se apoia em mero moralismo, mas em uma política com efeitos mensuráveis na qualidade do ensino.

O primeiro estudo consistiu em um amplo diagnóstico nacional realizado entre fevereiro e julho de 2025. Baseado em entrevistas presenciais com mais de 3 mil estudantes, professores e diretores das redes pública e privada, o levantamento mostrou que 83% dos alunos notaram uma melhora direta na própria capacidade de atenção durante as aulas. O dado demonstra que, na visão dos próprios jovens, o smartphone funcionava como um elemento de distração constante, cuja remoção liberou um espaço cognitivo vital para o aprendizado.

A estratificação dos dados revela que os desafios crescem à medida que os alunos avançam nos ciclos escolares. Enquanto nos primeiros anos do Ensino Fundamental o ganho de concentração atingiu impressionantes 88%, no Ensino Médio o índice recua para 70%. Essa clivagem se acentua quando se observa o cumprimento da norma: apenas 2% das crianças menores admitiram burlar o veto, em contraste com 55% dos adolescentes que confessaram manter o uso velado do aparelho.

O diagnóstico é claro: quanto mais consolidado o hábito digital e maior a autonomia do estudante, mais porosa se torna a eficácia da norma jurídica, o que exige das direções estratégias pedagógicas de convencimento que ultrapassem a mera punição burocrática.

A retirada abrupta dos smartphones expõe a vulnerabilidade psicológica da juventude diante do ecossistema digital. Durante os intervalos, 44% dos estudantes manifestaram um tédio acentuado, enquanto metade dos professores (49%) notou uma alta visível na ansiedade dos alunos. Ao confiscar a distração, o veto deixou exposto um vazio comportamental. Como observa o pesquisador brasileiro Guilherme Lichand, coordenador da pesquisa de Stanford, o cenário exige que a escola reinvente o recreio com propostas culturais e esportivas que devolvam sentido à convivência presencial.

Fora do campo das percepções subjetivas, a segunda e mais recente pesquisa do grupo traz o veredito das evidências causais.

Analisando o caso pioneiro do Rio de Janeiro –que restringiu o uso dos aparelhos gradualmente a partir de 2023–, os pesquisadores cruzaram o histórico de testes padronizados de alunos do Ensino Fundamental II. Eles contrastaram o desempenho dos colégios que já barravam os celulares por iniciativa própria com o daquelas instituições que mantinham diretrizes tolerantes. O objetivo era isolar o impacto real da lei, medindo se o salto de rendi-



“Enquanto nos primeiros anos do Ensino Fundamental o ganho de concentração atingiu impressionantes 88%, no Ensino Médio o índice recua para 70%”.

mento seria mais expressivo nas unidades submetidas ao choque mais drástico de mudança.

O resultado foi inequívoco: o grupo que se adaptou sob a força da nova regra deu um verdadeiro salto de rendimento. As notas avançaram 13,4% em língua portuguesa e impressionantes 25,7% em matemática em relação ao grupo de controle. Ao isolar as variáveis externas, o estudo provou que o distanciamento das telas impulsiona diretamente o aprendizado.

Em última análise, a grande lição desses indicadores é que o veto ao celular no ambiente escolar não encerra uma crise, mas inaugura uma profunda reestruturação pedagógica. Trata-se de um desafio comunitário que exige estreitar os laços no convívio analógico e apoiar o bem-estar psíquico dos estudantes. Respaldo por evidências empíricas sólidas, o debate sobre educação e tecnologia ganha a maturidade necessária para entender que blindar a sala de aula é, fundamentalmente, salvaguardar o futuro.



Dimas Ramalho - vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Governança digital municipal e o papel indutor do IEG-M no controle externo

Por Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

A governança digital consiste na utilização estratégica das tecnologias da informação e comunicação para aprimorar a capacidade estatal, ampliar a transparência administrativa e assegurar maior eficiência na prestação de serviços públicos digitais, em consonância com os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A governança digital municipal não constitui faculdade discricionária da Administração, mas desdobramento direto dos princípios constitucionais da eficiência, publicidade e transparência administrativa, concretizados pela Lei nº 14.129/2021.

Nesse contexto, a Lei federal nº 14.129/2021 (Lei de Governo Digital) consolidou diretrizes voltadas à transformação digital da Administração Pública, estabelecendo parâmetros objetivos relacionados à desburocratização, interoperabilidade de sistemas, transparência, proteção de dados e melhoria da prestação de serviços públicos. A positivação desses deveres administrativos amplia a possibilidade de fiscalização pelos Tribunais de Contas, especialmente sob a perspectiva da eficiência e da efetividade das políticas públicas digitais.

A partir da Constituição de 1988, o controle externo deixou

de se restringir à verificação meramente formal da legalidade dos atos administrativos, passando a abranger a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, nos termos

“ Para muitos municípios, especialmente aqueles com reduzida capacidade técnica, o índice funciona como ferramenta de planejamento e aperfeiçoamento institucional”.

dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal. Nesse modelo, ganha relevo a fiscalização operacional, concretizada por meio das auditorias de desempenho, voltadas à avaliação da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública.

É nesse cenário que se insere o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, concebido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e posteriormente difundido nacionalmente. O índice constitui relevante instrumento de fiscalização operacional ao avaliar, mediante critérios objetivos e verificáveis, diferentes dimensões da gestão municipal, dentre elas, a governança em tecnologia da informação, denominada I-Gov TI.

A dimensão I-Gov TI permite aferir o grau de maturidade da gestão municipal quanto à utilização da tecnologia da informação em favor da sociedade, reunindo indicadores relacionados à infraestrutura tecnológica, segurança da informação, transparência, capacitação de servidores e prestação de serviços digitais.

Mais do que simples mecanismo estatístico, o IEG-M consolida-se como instrumento de indução institucional da governança digital municipal. Isso porque os diagnósticos produzidos pelo índice influenciam prioridades administrativas, orientam investimentos públicos e incentivam a adoção de padrões mínimos de planejamento, transparência e gestão tecnológica.

O processo de indução decorre tanto da atuação fiscalizatória dos Tribunais de Contas — por meio de recomendações, determinações e auditorias — quanto da ampla divulgação dos resultados do índice, que fortalece o

“ A positivação desses deveres administrativos amplia a possibilidade de fiscalização pelos Tribunais de Contas”.

controle social e estimula a comparação entre municípios. Trata-se de mecanismo que reforça a função pedagógica e orientadora do controle externo, sem afastar sua dimensão sancionatória.

Os instrumentos derivados do IEG-M, como relatórios, painéis e plataformas de visualização de dados, ampliam a transparência administrativa e permitem diagnósticos objetivos acerca das fragilidades estruturais da gestão pública digital. Para muitos municípios, especialmente aqueles com reduzida capacidade técnica, o índice funciona como ferramenta de planejamento e aperfeiçoamento institucional.

Esse movimento evidencia a evolução do controle externo para um modelo orientado à auditoria de resultados, no qual os Tribunais de Contas deixam de atuar exclusivamente como ór-

gãos de repressão de irregularidades e passam a exercer relevante função indutora de boas práticas administrativas.

Conclui-se, portanto, que o IEG-M ultrapassa a condição de mero indicador de desempenho para afirmar-se como importante mecanismo de fortalecimento da governança digital municipal, permitindo aos Tribunais de Contas exercer controle operacional voltado à eficiência administrativa, à transformação digital e à melhoria da prestação dos serviços públicos, em conformidade com os arts. 70 e 71 da Constituição Federal e com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.129/2021.



Leticia Formoso Delsin Matuck Feres - Procuradora Geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.



Autoridades e jovens participantes do projeto da cidade de Corumbataí

Programa “Juntos pelo Cidadão” fortalece cidadania e diálogo entre municípios e órgãos de controle no interior paulista

Por Manuela de Andrade Faria

Entre os dias 11 e 15 de maio, os municípios de Rio Claro e Corumbataí receberam equipes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) para a realização de atividades do Programa Juntos pelo Cidadão, iniciativa voltada ao fortalecimento da participação social e da gestão pública colaborativa. O programa busca aproximar órgãos de controle, administrações municipais e população, promovendo o diálogo e a construção conjunta de soluções para desafios locais. A

proposta também contempla a formação de fiscais cívicos — cidadãos capacitados para acompanhar e avaliar, na prática, a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelas prefeituras. Participaram das rodadas de conversa os prefeitos de Rio Claro, Gustavo Perissinoto, e de Corumbataí, João Batista Altarugio Filho, além da Secretária do TCU no Estado de São Paulo, Manuela de Andrade Faria, e do Diretor Regional de Araras do TCESP (UR-10), Paulo Cesar Silva Alvarenga. Também estiveram presentes



Estudantes que realizaram a fiscalização cívica assinando o Relatório.

secretários municipais, vereadores, representantes da sociedade civil, estudantes e técnicos dos órgãos de controle. Durante as visitas, os fiscais cívicos realizaram inspeções nas Unidades Básicas de Saúde da Av. 29, em Rio Claro, e Andre Gimene, em Corumbataí. A ação resultou na identificação de pontos que necessitavam de melhorias, com posterior apresentação de recomendações às administrações municipais.

Após diálogo entre gestores públicos e participantes, os municípios assumiram o compromisso de implementar as melhorias sugeridas dentro dos prazos definidos pelos próprios fiscais cívicos. Entre as medidas acordadas estão a instalação de espaços de espera com brinquedos para crianças, rampas de acessibilidade para cadeirantes, painéis sonoros para pessoas com deficiência visual, ferramentas de pesquisa de satisfação para pacientes e famílias acompanhadas por agentes comunitários de saúde, além de programas de capacitação contínua para esses profissionais. As recomendações também incluem reparos estruturais, adequações elétricas e de mobiliário, bem como a criação de rotinas periódicas



Manuela Faria, do TCU, fazendo a apresentação do projeto



Autoridades juntamente com prefeito da cidade de Rio Claro, Gustavo Perissinotto.

de manutenção e higienização das unidades de saúde. A participação dos estudantes foi um dos destaques da iniciativa. Os jovens tiveram a oportunidade de acompanhar de perto o funcionamento da administração pública, apresentar sugestões e dialogar diretamente com os prefeitos sobre ideias para o futuro de seus municípios, fortalecendo o exercício da cidadania e o interesse pela gestão pública. Com caráter preventivo e colaborativo, o Programa Juntos pelo Cidadão não integra processos de fiscalização. A adesão dos municípios é voluntária e demonstra o compromisso das administrações locais com a transparência, a escuta da população e o aprimora-



Jovens participantes da cidade de Rio Claro

mento dos serviços públicos. A experiência em Rio Claro e Corumbataí evidencia como o diálogo entre poder público, órgãos de controle e sociedade pode gerar resultados concretos e fortalecer a construção de cidades mais inclusivas, eficientes e participativas.



Corumbataí



Manuela de Andrade Faria - Secretária do TCU em São Paulo; Auditora Federal de Controle Externo



Municípios em exaustão

O esgotamento institucional da gestão pública local

Por Luciano Ferreira Peres

Como todos sabemos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 elevou os Municípios à condição de entes federativos autônomos, atribuindo-lhes competências administrativas, legislativas e tributárias próprias, além da responsabilidade direta pela execução das políticas públicas mais sensíveis à população.

Desde então, consolidou-se a percepção de que é no Município que o Estado efetivamente

se materializa.

Saúde, educação, assistência social, mobilidade, saneamento, ordenamento urbano e fiscalização passaram a integrar, de forma crescente, o cotidiano das administrações locais.

É na esfera municipal que o cidadão experimenta, de maneira mais concreta e imediata, os resultados – ou os fracassos – da gestão pública.

Todavia, ao longo das últimas

décadas, os Municípios deixaram de enfrentar apenas limitações financeiras e passaram a conviver com um fenômeno mais profundo e menos perceptível: o progressivo desgaste institucional da gestão pública local.

A complexidade administrativa contemporânea já não decorre exclusivamente da escassez de recursos. Ela resulta, sobretudo, da multiplicação contínua de exigências legais, operacionais, tecnológicas e fiscalizatórias impostas às administrações municipais.

Cada nova legislação federal, cada atualização normativa dos órgãos de controle, cada nova plataforma digital obrigatória representa, na prática, uma camada adicional de complexidade sobre estruturas que, em muitos casos, já operam no limite.

A cada exercício surgem novos sistemas eletrônicos, plataformas de controle, mecanismos de transparência, obrigações acessórias, exigências de governança, procedimentos de integridade e instrumentos de rastreabilidade administrativa.

A digitalização acelerada da Administração Pública, embora necessária e irreversível, impôs aos Municípios uma transição tecnológica que nem sempre foi acompanhada de capacitação adequada, suporte técnico suficiente ou prazo razoável de adaptação.

Ao mesmo tempo, exige-se dos Municípios planejamento estratégico, fiscalização contratual qualificada, alimentação instantânea de sistemas, conformidade contábil, proteção de dados, controle interno efetivo e demonstração permanente de resultados concretos.

Todavia, especialmente nos Municípios de pequeno e médio porte, a estrutura administrativa permanece substancialmente inalterada.

Quadros técnicos reduzidos, elevada rotatividade funcional, limitações tecnológicas e acúmulo de atribuições transformaram-se em realidade recorrente da Administração Pública Municipal.

Nesse cenário, a dificuldade contemporânea deixa de ser apenas financeira para assumir contornos institucionais. O sistema passou a exigir dos Municípios uma capacidade operacional muitas vezes incompatível com a estrutura efetivamente disponível para suportá-la.

A Administração Pública Municipal tornou-se significativamente mais sofisticada. Não basta mais contratar. É necessário planejar, justificar, documentar, monitorar, comprovar e demonstrar a efetiva utilidade da contratação. Não basta executar despesas.

Exige-se rastreabilidade integral dos atos administrativos, compatibilidade entre execução física e financeira, publicidade ativa e aderência permanente às diretrizes dos órgãos de controle. Não basta decidir. A decisão administrativa contemporânea precisa ser techni-

camente estruturada, documentalmente sustentada e institucionalmente defensável.

Paralelamente, os órgãos de controle evoluíram de maneira legítima e necessária.

O controle externo deixou de se limitar à análise formal dos procedimentos administrativos e passou a exigir efetividade, planejamento, coerência e demonstração concreta de resultados.

Essa transformação representa importante amadurecimento institucional do Estado brasileiro. Entretanto, também produz consequências inevitáveis: quanto maior a complexidade do ambiente regulatório e fiscalizatório, maior passa a ser a necessidade de estrutura técnica qualificada para sustentá-lo.

E é precisamente nesse ponto que emerge uma das principais fragilidades do municipalismo contemporâneo. Muitos Municípios já operam próximos do limite de sua capacidade institucional.

A sobreposição contínua de exigências normativas, tecnológicas e operacionais produz um ambiente de desgaste administrativo permanente, marcado pela dificuldade de planejamento de longo prazo, pela ampliação da insegurança decisória e pela crescente dependência de estruturas externas de apoio técnico.

A consequência prática desse fenômeno é silenciosa, porém profunda. A Administração Pública passa gradativamente a deslocar sua energia da formulação de políticas públicas para a administração da própria complexidade

institucional que lhe é imposta.

Servidores que deveriam dedicar seu tempo à entrega de serviços essenciais veem-se absorvidos por obrigações acessórias, relatórios sistêmicos e procedimentos burocráticos de conformidade.

A crise municipal contemporânea não decorre apenas da insuficiência de receitas ou da ampliação das despesas obrigatórias. Decorre, igualmente, da distância crescente entre o nível de complexidade exigido pelo sistema e a capacidade concreta dos Municípios de absorver essa complexidade de maneira eficiente e sustentável.

Por essa razão, o fortalecimento do municipalismo já não pode ser compreendido exclusivamente sob a ótica financeira.

O futuro das administrações locais dependerá diretamente da capacidade de desenvolver estruturas institucionais mais estáveis, profissionais e tecnicamente preparadas.

Certo é que um Município financeiramente limitado ainda pode sobreviver com planejamento e organização. Entretanto, um Município institucionalmente exaurido deixa, pouco a pouco, de administrar políticas públicas para administrar a própria incapacidade de funcionar.

“É na esfera municipal que o cidadão experimenta, de maneira mais concreta e imediata, os resultados – ou os fracassos – da gestão pública”.



Luciano Ferreira Peres - Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC - SP



Por Marilene Mariotoni



Dia da Indústria

Uma agradável congratulação foi realizada na sede da FIESP, em 25 de maio, para comemorar o Dia da Indústria. Na foto: Silvina Mirabella (Presidente do Conselho Superior Multidisciplinar da FIESP (COSMU) e Diretora Geral da Essilor Luxottica, a maior fabricante e varejista de óculos do mundo), Ministro Andrea Matarazzo (Vice-presidente da FIESP), Marilene Mariotoni (Conselheira dos Conselhos Superiores da FIESP: COSMU, COSENP – Estudos Nacionais e Política e COSEC - Economia) e André Rebelo (Economista Chefe da FIESP).

No Congresso APM

O 68º Congresso Estadual dos Municípios, no Anhembi, de 6 a 8 de abril, organizado por Fred Guidoni e equipe, foi o maior fórum de gestão pública da América Latina. Participantes do painel Planejamento Resiliente + Financiamento Climático - do mapa de risco ao leilão de carbono: Antonio Lima (apresentador), Sônia Beolchi (Vereadora e Presidente da Câmara de Ibirá), Dr. Renato Nalini (Secretário do SECLIMA Prefeitura de São Paulo), Marilene Mariotoni (moderadora) e Ludovino Lopes. Sônia Beolchi aprovou a Moção 18/26 - aplausos a Marilene Mariotoni pelo trabalho e apoio aos Congressistas, notadamente às lideranças femininas.



Dia do Jornalista

No auditório do CRECISP, jornalistas e repórteres fotográficos foram homenageados, em 17 de abril. Esta colunista recebeu homenagem da Associação Paulista de Imprensa e da Confraria Mulheres 40+. Foto: Dr. Sérgio Redó (Presidente da API), jornalista Jô Ribeiro (Presidente da Confraria), jornalista Fabiana Alves (Diretora da API), Marilene Mariotoni e jornalista César Romão (Vice-presidente da API). O Presidente do CRECISP Augusto Viana é jornalista.





Homenagem na ALESP

Uma premiação idealizada por Raimundo Nonato, jornalista e colunista social da Coluna Destaque, no Vale do Paraíba (SP), foi realizada no Auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 25 de maio. Raimundo Nonato fez a entrega a Marilene Mariotoni do Prêmio Essas Mulheres Maravilhosas 2026; ao lado Sandra Sargentelli e o Dr. Roberto Martins Figueiredo (o chamado Dr. Bactéria). O evento teve como Madrinha a Deputada estadual Valéria Bolsonaro.



Bady Bassit

O município de Bady Bassit tem obtido várias premiações como resultado do trabalho da Prefeita Meiri Catelani Buzzi e de sua equipe. Conquistou o Selo de Ouro da Educação concedido pelo Governo Federal (Ministério da Educação) pelo segundo ano consecutivo. Foto: Prefeita Meiri Castelani Buzzi com Karina Cristina de Bortoli (Secretária de Educação) e Elaine Diniz Feltrin (supervisora). Participaram da solenidade do Programa Alfabetiza Juntos SP que tem foco em garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas na idade certa.



Homenagem do Deputado

Esta colunista recebeu uma emocionante homenagem do Deputado estadual Engenheiro Ricardo Rossi Madalena, através de seu ofício nº 270/2026, de 14 de maio, realçando o trabalho de Marilene Mariotoni na causa municipalista, na valorização da participação da Mulher na política, na área profissional da engenharia e na educação em engenharia. O ilustre Deputado Ricardo Madalena é Presidente da Comissão de Transportes e Comunicações da ALESP, com destacada atuação.

INOVA 2026

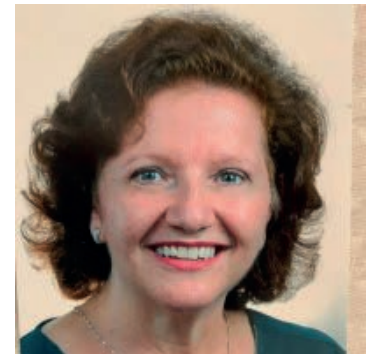
Realizado em 18 de maio, na FIESP, discutiu a inovação e boas práticas nos municípios e foi organizado por: Tribunal de Contas e Ministério Público de Contas do Estado e FIESP. Em sua abertura (foto do TCESP): Conselheiro-Corregedor Dr. Marco Bertaiolli, Controlador-Geral Estado Dr. Rodrigo Fontenelle, Procuradora-Geral MPCSP Dra. Leticia Feres, Conselheiro Dr. Wagner Rosário, Presidente Paulo Skaf, Dr. Michel Temer, Conselheiro Dr. Carlos Cezar, Defensora Pública-Geral Dra. Luciana Jordão e Presidente IRB Conselheiro Dr. Inaldo Araújo.



Em Brasília

O jornalista Sérgio Botelho Júnior capitaneou a celebração dos 7 anos de fundação da Revista Imagine Acredite com um encontro de reconhecimento de cidadãos que, segundo o jornalista, “transformam a sociedade com coragem, trabalho e propósito, fortalecendo valores de justiça, respeito e cidadania”. Em 27 de maio, auditório Nereu Ramos da Câmara Federal: Irailde Peles com homenageados: Eng. Graziela Fernanda, Eng. Marilene Mariotoni, Tia Zélia da Costa, Eng. Poliana Krüger, Engº Joel Krüger e Eng. Carmen A. Soares. Foto - Luíza Gratão.

A coluna *Mulheres em Destaque* homenageia mulheres que fazem a diferença por meio de ações inovadoras, ideias transformadoras e iniciativas que impulsionam o crescimento. São histórias inspiradoras de liderança, criatividade e impacto positivo, que mostram como a inovação pode gerar mudanças reais e duradouras.



Marilene Mariotoni - jornalista e engenheira. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara de Mogi Mirim, Conselheira, Presidente do Conselho Deliberativo e 4ª Vice Presidente da APM. É Conselheira da Consumare Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa e Diretora da Federação de Associações de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências (FAMEAG) e da AMEAG SP. Contato: marilenemariotoni@uol.com.br



APM Levou a voz dos municípios a um dos maiores Fóruns de Gestão Pública do País

Participação na Expo GovBrasil reforçou a defesa de uma administração pública mais eficiente, inovadora e preparada para os desafios contemporâneos.

Por Elaine Garcia

A transformação da gestão pública e o papel estratégico dos municípios no desenvolvimento do país estiveram entre os temas centrais da Expo GovBrasil 2026, um dos principais encontros nacionais voltados à inovação, tecnologia e modernização da administração pública. Reunindo gestores, especialistas, representantes de instituições e lideranças políticas de diversas regiões do Brasil, o evento promoveu debates sobre os desafios e as oportunidades que moldam o futuro do setor público.

Representando a Associação

Paulista de Municípios (APM), o presidente Fred Guidoni participou das discussões e destacou a importância de fortalecer a capacidade de gestão dos governos locais diante das crescentes demandas da população. Em sua avaliação, os municípios assumiram protagonismo na prestação de serviços essenciais e, por isso, precisam de condições cada vez mais adequadas para planejar investimentos, executar políticas públicas e responder às necessidades da sociedade.

Ao abordar os desafios enfrentados pelas administrações

municipais, Guidoni chamou atenção para a necessidade de avançar nas discussões sobre o pacto federativo brasileiro. Se-

“ Os municípios são responsáveis pela execução de grande parte das políticas públicas que impactam diretamente a vida dos cidadãos, mas muitas vezes não recebem recursos compatíveis com as atribuições que lhes são delegadas”.

gundo ele, os municípios são responsáveis pela execução de grande parte das políticas públicas que impactam diretamente a vida dos cidadãos, mas muitas vezes não recebem recursos compatíveis com as atribuições que lhes são delegadas.

A defesa de um modelo mais equilibrado de distribuição de competências e receitas esteve entre os principais pontos apresentados pelo presidente da APM. Para Guidoni, fortalecer os municípios significa fortalecer a capacidade do Estado de oferecer serviços mais eficientes, ampliar investimentos e promover desenvolvimento regional de forma sustentável.

A Expo GovBrasil também abriu espaço para discussões sobre transformação digital, inteligência de dados, inovação tecnológica e modernização dos processos administrativos. Temas que vêm ganhando cada vez mais relevân-



A presença de Fred Guidoni na Expo GovBrasil reafirmou o compromisso da APM com a busca permanente por inovação, eficiência e fortalecimento institucional.

cia na agenda dos gestores públicos e que impactam diretamente a qualidade da prestação de serviços à população.

Nesse contexto, a participação da APM reforçou uma visão que tem orientado a atuação da entidade: a de que a inovação deve ser encarada não apenas como ferramenta tecnológica, mas como instrumento de aprimoramento da gestão pública. A adoção de novas soluções, a simplificação de processos e o fortalecimento da capacidade técnica das equipes municipais foram apontados como fatores fundamentais para tornar as administrações mais eficientes e preparadas para os desafios contemporâneos.

Ao longo do evento, ficou evidente que os municípios ocupam posição estratégica na construção de políticas pú-

blicas capazes de gerar resultados concretos para a população. Seja na saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento urbano ou sustentabilidade, são as administrações locais que transformam decisões em ações efetivas no cotidiano dos cidadãos.

A presença de Fred Guidoni na Expo GovBrasil reafirmou o compromisso da Associação Paulista de Municípios com a busca permanente por inovação, eficiência e fortalecimento institucional. Em um cenário de rápidas transformações sociais e tecnológicas, o encontro evidenciou que investir na modernização da gestão pública e na valorização do municipalismo continua sendo um dos caminhos mais importantes para o desenvolvimento do país.

Fontes: Expogov.br / Instagram APM





arq. urb. Eduardo Marconi - Coordenador da Comissão de Fiscalização do CAU/SP; Fred Guidoni - Presidente da APM; arq. urb. Alan Cury - Presidente do Núcleo Regional Campinas e Conselheiro Superior Nacional do IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil e arq. urb. Carolina Baracat Lazinho - Secretária de Planejamento e Urbanismo de Campinas (SepLurb)

Parceria entre APM e CAU/SP fortaleceu a construção de cidades mais inteligentes e sustentáveis

Cooperação entre as duas entidades ampliou o acesso dos municípios paulistas a conhecimento técnico, inovação e soluções voltadas ao planejamento urbano e à melhoria da qualidade de vida da população.

Por Elaine Garcia

A busca por cidades mais eficientes, sustentáveis e preparadas para os desafios do futuro esteve no centro dos debates da Pré-Conferência Estadual do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), realizada em Campinas, no dia 30 de maio. O encontro reuniu especialistas, ges-

tores públicos e representantes de instituições comprometidas com o desenvolvimento urbano para discutir caminhos capazes de fortalecer a gestão municipal e ampliar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Entre os participantes esteve o presidente da Associação Paulista

“Mais do que discutir projetos urbanos, o encontro evidenciou a importância de construir pontes entre conhecimento técnico e gestão pública, promovendo cidades mais humanas, organizadas, sustentáveis e preparadas para atender às demandas das próximas gerações”.

de Municípios (APM), Fred Guidoni, que destacou a importância da cooperação institucional como instrumento para levar conhecimento técnico, inovação e boas práticas aos municípios paulistas.

A participação da APM no evento refletiu uma parceria estratégica construída entre a entidade municipalista e o CAU/SP. O acordo de cooperação estabeleceu uma agenda conjunta voltada à capacitação de gestores públicos, à disseminação de orientações técnicas e à promoção de soluções que contribuam para o desenvolvimento das cidades. O objetivo é aproximar o conhecimento especializado dos arquitetos e urbanistas da realidade enfrentada diariamente pelas administrações municipais.

Ao longo dos debates, foi reforçada a importância do planejamento urbano como ferramenta essencial para enfrentar desafios relacionados à mobilidade, habitação, desenvolvimento territorial, sustentabilidade ambiental e crescimento ordenado das cida-

“ O acordo de cooperação estabeleceu uma agenda conjunta voltada à capacitação de gestores públicos, à disseminação de orientações técnicas e à promoção de soluções que contribuam para o desenvolvimento das cidades”.

pios paulistas. A proposta é criar uma rede permanente de apoio aos gestores locais, facilitando o acesso a informações estratégicas para o planejamento e a gestão das cidades.

Para a APM, a aproximação com instituições técnicas tem se consolidado como uma importante ferramenta de fortalecimento do municipalismo. Ao conectar os municípios a especialistas, novas tecnologias e modelos inovadores de gestão, a entidade amplia sua capacidade de apoiar prefeitos e equipes técnicas na busca por soluções concretas para os desafios contemporâneos.

A participação de Fred Guidoni na Pré-Conferência Estadual do CAU/SP reforçou esse compromisso. Mais do que discutir projetos urbanos, o encontro evidenciou a importância de construir pontes entre conhecimento técnico e gestão pública, promovendo cidades mais humanas, organizadas, sustentáveis e preparadas para atender às demandas das próximas gerações.

Fontes: CAU/ APM



Participantes do evento realizado na cidade de Campinas

des. Temas que impactam diretamente a qualidade de vida da população e exigem cada vez mais capacidade técnica por parte dos gestores públicos.

Segundo Fred Guidoni, o fortalecimento dos municípios passa pela construção de parcerias capazes de oferecer suporte técnico qualificado às administrações locais. Em sua avaliação, a troca de conhecimento entre instituições especializadas e gestores públicos contribui para decisões mais eficientes e para a implementação de políticas públicas com resultados duradouros.

A presidente do CAU/SP, Camila Moreno de Camargo, também ressaltou a relevância da aproximação entre as duas entidades. A cooperação abriu espaço para o desenvolvimento



Rafael Ambrósio, coordenador da comissão de relações institucionais

de ações conjuntas voltadas à valorização da arquitetura e do urbanismo como instrumentos de transformação social e desenvolvimento regional.

Entre as iniciativas previstas estão a realização de oficinas, cursos de aprimoramento, produção de materiais técnicos e a divulgação de experiências bem-sucedidas desenvolvidas nos municí-



"A reforma exige uma transformação profunda das administrações tributárias municipais", afirma Rodrigo Spada.

Reforma Tributária: os desafios e oportunidades que já estão transformando a gestão municipal

Especialista analisa os impactos da criação do IBS, o futuro da arrecadação municipal e os caminhos para que prefeitos e servidores se preparem para uma das maiores mudanças no sistema tributário brasileiro.

Por Elaine Garcia

A Reforma Tributária representa uma das mais profundas transformações no sistema brasileiro de arrecadação, das últimas décadas, e já começa a mobilizar administrações municipais em todo o país. Com a substituição gradual do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), prefeitos, secretários e servidores públicos precisarão se adaptar a uma nova lógica de gestão tributária, marcada por maior integra-

ção entre os entes federativos, modernização tecnológica e mudanças nos mecanismos de arrecadação. Nesta entrevista exclusiva à Revista da Associação Paulista de Municípios - APM, o auditor fiscal da Receita do Estado de São Paulo, Rodrigo Spada aborda os principais impactos da reforma para os municípios, esclarece dúvidas sobre receitas, autonomia municipal e competitividade econômica, além de apontar os

desafios que gestores públicos enfrentarão nos próximos anos para conduzir essa transição com segurança e eficiência.

Revista APM: A Reforma Tributária foi aprovada como uma transformação histórica. Na prática, o que muda primeiro para os municípios?

Rodrigo Spada: A primeira

grande mudança para os municípios é a substituição do ISS, principal imposto municipal, pelo IBS. Isso vai exigir adaptação dos sistemas, treinamento das equipes e uma nova forma de gestão da arrecadação. Mas, o principal efeito é o fim da guerra fiscal, que durante décadas gerou distorções econômicas, insegurança jurídica e uma competição pouco saudável entre municípios e estados. O novo modelo, ao optar pela tributação no destino, cria um ambiente mais racional, no qual as cidades passam a competir mais pela qualidade da sua infraestrutura, pela capacidade de atrair investimentos produtivos e pela eficiência da gestão pública.

Outra mudança muito importante é que o dinheiro arrecadado vai ficar mais próximo do cidadão. O modelo baseado no destino aumenta a transparência e facilita o acompanhamento da arrecadação e dos gastos públicos. Isso fortalece o controle social e melhora a relação entre contribuinte e poder público.

Revista APM: Em sua visão, os prefeitos já entenderam a dimensão do impacto da reforma nas administrações municipais?

Rodrigo Spada: Ainda não totalmente. Nós temos percorrido o estado de São Paulo dialogando com prefeitos, vereadores, secretários de finanças e servidores municipais justamente porque percebemos que ainda existe muita dúvida sobre o alcance das mudanças. A reforma altera profundamente a lógica da tributação sobre o consumo no Brasil.

REFORMA TRIBUTÁRIA



“A reforma corrige distorções históricas e fortalece principalmente cidades que possuem atividade econômica real, consumo e população”.

Mas, eu vejo uma preocupação crescente dos gestores em buscar capacitação e entender melhor esse novo cenário. Isso é positivo. O mais importante agora é que os municípios invistam em preparação técnica, atualização tecnológica e adaptação dos seus processos internos para não perderem oportunidades durante essa transição.

Nesse sentido, a Afresp e a Associação Paulista de Municípios (APM) firmaram uma parceria para oferecer capacitação sobre a Reforma Tributária. O Curso Básico de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) reúne especialistas que participaram da construção

e da regulamentação do novo modelo tributário, proporcionando uma visão prática sobre os impactos da reforma na administração municipal. Mais informações podem ser obtidas junto à APM ou à ESAT, pelo telefone e WhatsApp (11) 99621-2360.

Revista APM: O fim do ISS e a criação do IBS ainda geram dúvidas entre gestores. Quais serão os principais impactos na arrecadação municipal?

Rodrigo Spada: O principal impacto será a criação de um sistema mais simples, transparente e previsível. O IBS reduz distorções, diminui conflitos tributários e melhora o ambiente de negócios. Isso tende a estimular crescimento econômico, investimento e aumento da atividade produtiva, o que naturalmente fortalece a arrecadação no médio e longo prazo.

Além disso, o novo modelo reduz muito a litigiosidade tributária e melhora a qualidade da arrecadação. Hoje, boa parte da energia das administrações tri-

butárias é consumida em disputas complexas. Com um sistema mais harmonizado e integrado, os municípios poderão concentrar mais esforços em planejamento, fiscalização inteligente e melhoria da gestão pública.

Revista APM: Existe risco de perda de receita para pequenas e médias cidades?

Rodrigo Spada: Há, sim, preocupação em relação ao impacto da reforma sobre a arrecadação de alguns municípios. Por isso, o texto da reforma prevê fundos de compensação para mitigar esses efeitos.

Os estudos mostram que serão poucos os municípios que efetivamente perderão arrecadação de forma estrutural. Em média, as projeções apontam crescimento da receita municipal nos próximos anos. Em alguns levantamentos que realizamos, esse aumento médio pode chegar a cerca de 11% em um horizonte de dez anos.

A reforma corrige distorções históricas e fortalece principalmente cidades que possuem atividade econômica real, consumo e população. O sistema deixa de premiar estratégias artificiais de atração tributária e passa a valorizar mais o dinamismo econômico local.



Revista APM: Quais municípios tendem a sentir mais os efeitos da reforma: cidades industriais, turísticas ou de serviços?

Rodrigo Spada: Os municípios que mais sentirão os efeitos são aqueles que hoje dependem fortemente de mecanismos ligados à guerra fiscal. O impacto também tende a ser maior em cidades pequenas com grandes complexos industriais, cuja arrecadação foi fortemente beneficiada pelo modelo atual. Paulínia é um dos exemplos mais conhecidos.

Já cidades com vocação econômica sólida — sejam indus-

triais, turísticas, de serviços ou ligadas ao agronegócio — tendem a ganhar competitividade em um ambiente mais equilibrado. A reforma favorece justamente a lógica da eficiência econômica. Isso permite que cada município possa explorar melhor suas potencialidades reais, sem precisar entrar em disputas tributárias que, muitas vezes, geravam ganhos de curto prazo, mas pouca sustentabilidade no longo prazo.

Revista APM: O municipalismo brasileiro corre o risco de perder a autonomia?

Rodrigo Spada: Eu não vejo dessa forma. A autonomia municipal está preservada pela Constituição. O que a reforma faz é criar um modelo de governança compartilhada para um tributo moderno e nacional, algo compatível com sistemas de IVA existentes em diversas democracias do mundo. Na prática, os municípios continuam tendo protagonismo político, administrativo e fiscal. O que muda é que haverá maior integração entre os entes federativos e mais necessidade de cooperação institucional. Isso, na minha visão, fortalece o federalismo brasileiro ao invés de enfraquecê-lo.

A Confederação Nacional de

Municípios (CNM), principal entidade representativa do municipalismo brasileiro, apoiou a Reforma Tributária durante sua tramitação. A própria Associação Paulista de Municípios (APM), que integra esse movimento municipalista, também apoiou indiretamente.

Revista APM: A Reforma Tributária exigirá uma modernização das estruturas fiscais municipais? Quem não se modernizar, ficará para trás?

Rodrigo Spada: Sem dúvida. A reforma exige uma transformação profunda das administrações tributárias municipais. As estruturas fiscais precisarão ser mais tecnológicas, mais integradas e mais capacitadas para trabalhar com inteligência de dados, fiscalização digital e novos modelos de gestão. Os municípios que investirem em modernização terão mais eficiência, melhor capacidade de arrecadação e maior segurança nas suas finanças públicas. Quem não acompanhar essa evolução certamente enfrentará mais dificuldades. Por isso, é fundamental tratar administração tributária como investimento estratégico e não apenas como custo administrativo.

“Vejo uma preocupação crescente dos gestores em buscar capacitação e entender melhor esse novo cenário. Isso é positivo”.

Revista APM: Qual será o maior desafio dos gestores públicos nos próximos anos em relação à adaptação tributária?

Rodrigo Spada: O maior desafio será promover uma verdadeira mudança cultural dentro das administrações públicas. A reforma não altera apenas regras tributárias. Ela muda a lógica de funcionamento do sistema, a forma de arrecadar, de fiscalizar e até mesmo de pensar o desenvolvimento econômico local.

Revista APM: A reforma pode criar vencedores e perdedores entre os municípios?

Rodrigo Spada: Toda grande transformação produz impactos diferentes. Mas, no caso da Reforma Tributária, a tendência é que o saldo geral seja muito positivo para o país e para os municípios. Os chamados “perdedores” serão poucos e normalmente ligados a modelos muito dependentes da guerra fiscal. Por outro lado, a imensa maioria das cidades tende a ganhar com um ambiente econômico mais simples, previsível e eficiente. O crescimento da atividade econômica, da segurança jurídica e da capacidade de investimento deve beneficiar o conjunto do país.

Revista APM: Como o senhor imagina os municípios brasileiros daqui a dez anos, após a implementação completa da reforma?

Rodrigo Spada: Imagino municípios mais organizados financeiramente, com maior previsibi-

lidade de arrecadação e melhor capacidade de planejamento público. Também acredito que teremos administrações tributárias mais modernas, tecnológicas e integradas, capazes de exercer fiscalização com mais eficiência e menos burocracia. Além disso, vejo municípios mais livres para investir em suas verdadeiras vocações econômicas. Em vez de depender de distorções tributárias para atrair investimentos, as cidades poderão focar em infraestrutura, qualificação da mão de obra, inovação e qualidade de vida. Isso tende a gerar um ciclo mais saudável e sustentável de desenvolvimento regional.



Rodrigo Spada, é Auditor Fiscal da Receita do Estado de São Paulo, Presidente licenciado da Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), e da Febrafite (Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais). Rodrigo tem mais de 20 anos de experiência em gestão pública e finanças. Atua desde 2015 em debates e negociações da Reforma Tributária. É referência em tributação e administração pública. Formação e atuação em Engenharia de Produção, Bacharel em Direito e MBA em Gestão Empresarial. Coordena o Fundafresp (Fundo de Assistência Social dos Auditores Fiscais) e preside o plano de autogestão Amafresp, referência nacional em saúde atendendo 20 mil auditores e familiares. Fundador do Movimento VIVA, foi um dos protagonistas na construção da Emenda Constitucional 132/2023, da Reforma Tributária, que estabeleceu um sistema tributário mais justo, eficiente e transparente.



Jogo do Brasil x turismo: a economia local também pode ganhar

Guia da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) mostra como bares, restaurantes e municípios podem transformar os jogos em mais movimento, consumo e geração de renda

Por Elaine Garcia

A Copa do Mundo de 2026 promete movimentar não apenas os estádios, mas também bares, restaurantes, praças e espaços públicos em todo o Brasil. De olho nesse potencial, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) lançou a cartilha “Copa do Mundo Lucrativa”, reunindo estratégias para ajudar empresários a aproveitar o aumento do fluxo de clientes durante o torneio.

O cenário é promissor. Le-

vantamento da entidade aponta que 52% dos estabelecimentos pretendem transmitir os jogos da competição e, entre eles, 80% esperam aumentar o faturamento em comparação aos dias sem partidas. A maioria acredita que o crescimento pode chegar a até 20% durante o período do campeonato.

Entre as ações mais adotadas estão decoração temática, cardápios especiais, telões, melhorias nos sistemas de som e promo-

ções voltadas aos torcedores. A ideia é transformar a transmissão dos jogos em uma experiência coletiva, aumentando o tempo de permanência dos clientes e estimulando o consumo.

Mas, o principal recado da cartilha é que o sucesso depende de planejamento. Gestão de estoque, treinamento das equipes, previsão de demanda e organização da operação são apontados como fatores decisivos para transformar o aumento de públi-

co em resultados efetivos.

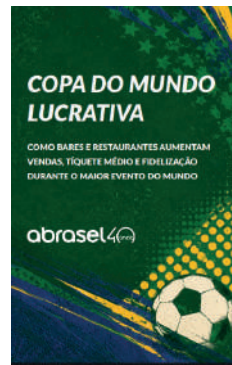
A lógica também pode ser aplicada pelos municípios. Praças com telões, festivais gastronômicos, apresentações culturais, feiras de artesanato e ações voltadas às famílias ajudam a criar um ambiente de convivência e atraem visitantes para o comércio local. Quando cidade e iniciativa privada atuam em conjunto, os benefícios ultrapassam os dias de jogo e fortalecem o turismo e a economia regional.

Cinco ideias para entrar no clima da Copa

- Instalar telões em praças e espaços públicos;
- Promover festivais gastronômicos temáticos;
- Incentivar decoração de ruas, vitrines e estabelecimentos;
- Criar programações culturais antes e após as partidas;
- Desenvolver campanhas conjuntas entre turismo, comércio e setor de alimentação.



Mais do que uma celebração esportiva, a Copa pode ser uma oportunidade para gerar renda, valorizar os espaços públicos e fortalecer a imagem dos destinos turísticos brasileiros.



Veja a cartilha da Copa, da Abrasel, através do link: [Home - Abrasel](#)



Fonte: Abrasel





"A Copa passa, o turista pode voltar", afirma João Victor Barboza, presidente da APRECESP e prefeito de Águas de São Pedro.

Aprecesp se prepara para os Jogos do Brasil

Estâncias paulistas se preparam para transformar os jogos da Seleção em experiências coletivas, movimentando comércio, cultura e espaços públicos

Por Elaine Garcia

A Copa do Mundo sempre foi mais do que futebol para os brasileiros. A cada quatro anos, ruas ganham novas cores, bandeiras reaparecem nas janelas, famílias se reúnem diante da televisão e praças se transformam em pontos de encontro. Em 2026, enquanto os olhos do mundo estarão voltados para os gramados dos Estados Unidos, Canadá e México, municípios turísticos paulistas já enxergam uma oportunidade que vai muito além do esporte: fortalecer o turismo, movimentar a economia local e criar experiências capazes de atrair visitantes e aproximar comunidades.

Nas estâncias paulistas, onde

o turismo faz parte da rotina durante todo o ano, a expectativa é aproveitar o clima de torcida para impulsionar atividades culturais, gastronômicas e de lazer. A proposta não é apenas transmitir os jogos da Seleção Brasileira, mas transformar cada partida em um evento capaz de gerar circulação de pessoas, renda e valorização dos espaços públicos.

Para o presidente da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (APRECESP) e prefeito de Águas de São Pedro, João Victor Barboza, a realização de grandes competições esportivas abre uma janela importante para o fortalecimento

dos destinos turísticos. Além de mobilizar torcedores e estimular o consumo, esses momentos ampliam a visibilidade das cidades e criam condições favoráveis para atrair novos visitantes. "Grandes eventos esportivos são muito mais do que entretenimento. Eles movimentam a economia, fortalecem a identidade dos destinos e criam oportunidades concretas de desenvolvimento local", afirma. Segundo ele, a Copa do Mundo pode funcionar como um primeiro contato entre o turista e o destino, incentivando futuras viagens e contribuindo para a consolidação da atividade turística ao longo do ano. "A Copa passa, o turista pode voltar", resume.

Praças, telões e experiências para toda a família

A expectativa é que muitas cidades apostem em iniciativas já conhecidas do público, mas que continuam apresentando bons resultados: instalação de telões em praças públicas, decoração temática de ruas e avenidas, festivais gastronômicos, feiras de artesanato, apresentações culturais e atrações voltadas para famílias.

Além de criar um ambiente de celebração coletiva, essas ações ajudam a ampliar o tempo de permanência dos visitantes. E quanto mais tempo o turista permanece na cidade, maior tende a ser o impacto positivo para hotéis, restaurantes, bares, comércio e prestadores de serviço.

A orientação da APRECESP é que cada município utilize o evento para valorizar sua própria identidade. Cidades com tradição gastronômica podem promover festivais temáticos; destinos ligados ao ecoturismo podem criar roteiros especiais; municípios com forte

produção artesanal podem abrir espaço para feiras e exposições. “O turista busca experiências verdadeiras”, destaca João Victor.

Oportunidade para cidades de todos os tamanhos

Embora grandes centros tradicionalmente concentrem eventos de maior porte, municípios pequenos e médios possuem diferenciais importantes. Hospitalidade, autenticidade e proximidade com o visitante são características cada vez mais valorizadas pelos turistas.

Segundo a APRECESP, programações especiais, horários ampliados do comércio, atrações musicais e roteiros integrados entre municípios vizinhos podem ampliar significativamente o fluxo de visitantes durante o período da Copa. A estratégia também passa pela regionalização do turismo. Em vez de competir entre si, cida-

des próximas podem criar experiências complementares, estimulando o visitante a permanecer mais tempo na região.

Turismo que gera emprego e renda

O potencial econômico do setor é expressivo. Dados citados pela APRECESP, com base em levantamentos do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET) e da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR-SP), mostram que o turismo representou 9,6% do Produto Interno Bruto paulista em 2024 e chegou a 9,7% em 2025.

O setor também tem forte impacto na geração de empregos. Foram cerca de 46 mil postos de trabalho criados em 2024, com expectativa de mais 33 mil vagas em 2025. Outro indicador relevante é a movimentação financeira do segmento. Em 2024, o turismo gerou aproximadamente R\$ 304

bilhões no estado. Para 2025, a projeção alcançou R\$ 340 bilhões.

Os números ajudam a explicar por que cada vez mais municípios enxergam o turismo como política pública permanente e não apenas como atividade sazonal.

Muito além do apito final

A Copa do Mundo de 2026 terá um significado especial para os brasileiros. Será a primeira edição do torneio com 48 seleções participantes e também a primeira realizada simultaneamente em três países: Estados Unidos, Canadá e México.

A Seleção Brasileira iniciará sua caminhada ainda na fase de grupos, em junho de 2026, em busca do sonhado hexacampeonato. Mas, para os municípios turísticos paulistas, o maior legado pode estar fora das quatro linhas. “Quando ocupamos os espaços públicos com qualidade, a cidade ganha vida. Praças, parques e centros urbanos deixam de ser apenas locais de passagem e passam a ser ambientes de convivência, integração e pertencimento”, ressalta João Victor Barboza.

Na avaliação da APRECESP, o verdadeiro legado de grandes eventos não está apenas no retorno financeiro imediato, mas na capacidade de fortalecer o planejamento turístico, estimular parcerias entre poder público e iniciativa privada e criar uma cultura permanente de valorização dos destinos.

Se depender das estâncias paulistas, em 2026 a Copa do Mundo não será apenas acompanhada pela televisão. Ela será vivida nas ruas, nas praças, nos restaurantes e nos espaços públicos que ajudam a transformar o turismo em desenvolvimento para os municípios.



Fonte: APRECESP



“Neste ano, foram mais de 15 mil gestores que marcaram presença nos quatro dias de evento. É pelo esforço de cada gestor que o municipalismo se consolida e faz com que o evento seja considerado o maior do mundo em número de autoridades”.

Marcha fortalece municipalismo e garante avanços para cidades brasileiras

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destaca a força do movimento municipalista, a derrubada do veto que beneficia cerca de 3 mil municípios e os desafios que seguem na pauta das administrações locais.

Por Elaine Garcia

Revista APM - Qual foi o principal resultado concreto da Marcha a Brasília deste ano para os Municípios brasileiros?

Paulo Ziulkoski: O principal resultado da Marcha é a demonstração de força anual do movimento municipalista, com a participação de cada representante municipal que luta o espaço em busca de melhorias para a sua

cidade. Neste ano, foram mais de 15 mil gestores que marcaram presença nos quatro dias de evento. É pelo esforço de cada gestor que o municipalismo se consolida e faz com que o evento seja considerado o maior do mundo em número de autoridades. Especificamente sobre uma das pautas, eu destacaria a derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto que permitirá a cerca de 3 mil Municípios inadimplentes voltarem

a receber recursos federais. Esse foi um compromisso assumido na Marcha deste ano pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Em um cenário de severa escassez de recursos e das restrições impostas pelo calendário eleitoral, nós alertamos os parlamentares sobre os impactos da inadimplência no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC) na continuidade de políticas públicas essenciais.

Revista Apm - Entre todas as pautas debatidas, qual o senhor considera a maior conquista do movimento municipalista nesta edição?

Paulo Ziulkoski: A Marcha é o principal evento do ano no calendário do movimento municipalista e o momento de intensificar grandes debates, tanto na programação principal (discussões políticas) quanto na paralela (orientações técnicas). Nesse sentido, todo assunto abordado no evento é de interesse da administração local e impacta, na

ponta, a vida da população. A gente tenta reunir o máximo de demandas dos Municípios de todo o Brasil, que é um país continental, com realidades muito distintas. Então, uma pauta que tem elevado grau de relevância para determinada cidade pode ser importante para outra, mas não no mesmo nível de necessidade. Por isso, a CNM considera que todas as demandas dos Municípios levadas às autoridades e também debatidas com o público e especialistas são relevantes e representam conquistas para os Municípios, de acordo com suas características e necessidades.

Revista Apm - Houve algum compromisso assumido pelo governo federal ou pelo Congresso que possa trazer benefícios efetivos aos Municípios nos próximos meses?

Paulo Ziulkoski: Ainda na questão da derrubada do veto, volto a destacar a importância do compromisso do Congresso Nacional com essa atuação, que também vai permitir que Municípios de até 65 mil habitantes com pendências fiscais possam celebrar convênios com o governo federal e ter acesso a recursos de programas e emendas parlamentares. Vários parlamentares e lideranças foram acionados por membros dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, que lutaram pela derrubada desse veto. Isso foi mencionado na sessão do Congresso Nacional que analisou o pleito e trouxe essa importante



conquista para o movimento municipalista neste ano.

Revista Apm - Quais foram as principais reivindicações apresentadas pelos prefeitos durante o evento?

Paulo Ziulkoski: Tivemos pautas rotineiras, como o excesso de responsabilidades repassadas aos Municípios sem a garantia de recursos suficientes para fazer frente às necessidades locais. Nesse sentido, os gastos com o custeio de programas federais e pisos salariais estiveram entre os pleitos. A gente também solicita a aprovação de um repasse adicional de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o mês de março, período em que a tendência é de queda brusca na arrecadação dos tributos que fazem parte do fundo. Vale lembrar que os repasses do FPM são a principal ou a única fonte de receita de vários Municípios do país. Embora fundamentais,

“A Marcha é o principal evento do ano no calendário do movimento municipalista e o momento de intensificar grandes debates, tanto na programação principal quanto na paralela”.

esses recursos são claramente insuficientes para cobrir o montante de despesas que está sendo criado pelos parlamentares.

Revista Apm - A Reforma Tributária segue no centro das discussões. Quais impactos positivos os Municípios podem esperar dessa mudança?

Paulo Ziulkoski: A CNM atuou em busca de mais representatividade dos Municípios em toda a tramitação das propostas aprovadas pelo Congresso Nacional, tanto as do texto-base quanto as

matérias que avançaram e ainda estão em debate sobre a regulamentação da Reforma Tributária. A maior participação dos Municípios no bolo tributário, com uma redistribuição mais justa para os entes locais na arrecadação dos tributos, e mais representatividade dos Municípios nas decisões de conselhos e comitês estão entre alguns dos principais impactos positivos para as cidades brasileiras e para a população.

Revista Apm - Qual foi a pauta ou demanda dos gestores municipais que mais chamou sua atenção nesta edição da Marcha?

Paulo Ziulkoski: Nos últimos meses estamos muito preocupados com a possibilidade de avanço de pautas-bomba que irão impactar em mais de R\$ 270 bilhões para os Municípios. Muito mais do que aprovar importantes demandas das cidades, nossa atuação está em mostrar ao Congresso Nacional e ao governo federal o quanto projetos que tratam de pisos salariais e outros temas podem comprometer significativamente a gestão local. Essa é a preocupação dos gestores lá na ponta. A gente nunca foi contra o aumento e a valorização de cada categoria, mas é preciso deixar claro de onde virão os recursos que serão repassados aos Municípios para que possam realizar os pagamentos a cada profissional. Sem essa definição, o risco é muito grande de fechar as portas das prefeituras.



Revista Apm - Quais serão as prioridades da CNM após o encerramento da Marcha e quais temas continuarão sendo defendidos em Brasília?

Paulo Ziulkoski: Nossa luta é diária e algumas demandas se arrastam por anos, como tentar impedir que sejam criadas novas obrigações para os Municípios sem a definição de fontes de receita. Inclusive, isso está bem claro em uma emenda constitucional que aprovamos após anos de atuação do movimento municipalista. O problema é que esse dispositivo, muitas vezes, não está sendo respeitado. Nossa atuação será frequente para que o gestor possa continuar dando assistência à população, mas com o apoio necessário das autoridades de todas as esferas de governo na execução de políticas públicas eficazes. Nossa luta neste momento é tentar travar o avanço das pautas-bomba no Congresso Nacional e, para isso, precisamos contar com o apoio de cada gestor municipal

na mobilização constante em defesa das nossas pautas.

Revista Apm - Depois de mais uma edição histórica da Marcha, o senhor está otimista com o futuro do municipalismo brasileiro? Por quê?

Paulo Ziulkoski: Precisamos estar sempre otimistas porque são os gestores lá na ponta os principais responsáveis pelo atendimento à população. O cidadão vive no Município e não nos outros entes federados. Somos nós que cuidamos de cada um, que, quando precisa, bate à porta do prefeito. Então, o gestor, de certa forma, é um líder e tem sempre que estar otimista. Mas ele não age sozinho e precisa muito da assistência técnica e financeira dos demais entes no chamado Pacto Federativo. Por representar esse papel fundamental de atender o cidadão, temos que estar otimistas. E esse sentimento é anualmente fortalecido na nossa Marcha, que é dos Municípios, e não apenas de um determinado agente público.

Elaine Garcia
jornalista

**PRIMEIRO,
VOCÊ GANHA TEMPO.
DEPOIS, VOCÊ
GANHA O MUNDO.**

**O METRÔ CHEGOU
AO AEROPORTO
MAIS AGILIDADE
PARA A CAPITAL E
TODO O ESTADO**

A Nova Linha 17-Ouro chegou ao Aeroporto de Congonhas e trouxe agilidade e conforto tanto para quem mora na Capital como para quem vive em outras cidades e precisa viajar para trabalhar ou aproveitar. É o maior investimento da história também para você chegar ao aeroporto no menor tempo.

**METRÔ:
UMA MÁQUINA DE
GANHAR TEMPO**



**FAZENDO O QUE
TEM QUE SER FEITO**

Secretaria dos
Transportes Metropolitanos



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Securitização da Dívida Ativa – Finalmente começou e vai deslanchar

Por Professor Carlos Kerbes

A LC 208/24, criando o marco regulatório da chamada Securitização da Dívida Ativa, que na verdade trata-se da cessão dos direitos creditórios oriundos das carteiras de créditos inadimplidos (normalmente aqueles vencidos há mais de 90 dias), inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, empolgou a todos: gestores públicos, instituições do mercado financeiro, prestadores de serviços como escritórios de advocacia, correspondentes e agentes do sistema financeiro, instituições de ensino e pesquisa, além de uma enorme gama de profissionais interessados em fazer algum negócio no mercado e participar do resultado.

Essa ansiedade e ação de pla-

yers sem o devido conhecimento do processo começou um enorme problema: muita gente no mercado falando de algo que não compreendem em sua verdadeira amplitude, sem entender como funciona a legislação que afeta o setor público, causando reboliço intenso e constante, trazendo enorme desconforto nos gestores públicos que, com essa atividade de venda muito intensa, ao receberem propostas e informações de várias fontes de maneira parcial, errada e conflitante, se recolheram, para esperar que o assunto tomasse seu devido caminho e permitisse que algumas operações modelo pudessem acontecer. E funcionou. Estão acontecendo.

No início de 2025, algumas cidades paulistas licitaram e contrataram instituições do sistema financeiro para a estruturação da operação de venda dos direitos creditórios numa modelagem que até hoje não aconteceu, não “voou”, como se diz no mercado financeiro. Além disso, o custo benefício ficou por demais desequilibrado e fere frontalmente o princípio da economicidade, fazendo com que o custo desse recurso seja alto demais na relação com outras possibilidades.

Em janeiro de 2026, município do Rio Grande do Norte licitou outra modelagem, muito similar a de cidade paulista, ambos processos em execução, com estimativa de



emissão dos ativos financeiros até agosto de 2026. Nesta modelagem, a FIA – Fundação Instituto de Administração contribuiu ativamente e acreditamos que é o melhor modelo a ser aplicado, considerando em especial o princípio da economicidade para o ente público.

Em paralelo, nos meses de abril e maio, 2 licitações aconteceram, no Estado do Piauí e no Município do Recife, em modelagens similares àquelas da FIA, cuja consultoria foi da nossa prima irmã, a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Foram vencedores o BTG Pactual no PI e o Itaú em Recife. Houve redução por demais significativa no preço dos serviços que devem ser prestados, de estruturação e distribuição, cujos editais estabeleceram teto de 5% sobre o valor dos ativos emitidos para venda no mercado, e contratados por 0,50% no PI e 0,48% no Recife. O que nos permite pensar que as Instituições Financeiras estão ansiosas para colocar um modelo de pé, e entregar recursos para os entes públicos. Importante é ficarmos atentos para observar o custo desses recursos, considerando que os bancos terão que pagar para trabalhar, por terem derretido o preço no processo licitatório para ganhar o contrato.

Em maio de 2026, depois de quase 1 ano trabalhando, o BTG Pactual concluiu o primeiro processo de securitização no GDF – Governo do Distrito Federal, vendendo debêntures sênior com rating AA da S&P em oferta pública, bookbuilding (leilão reverso) na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, colocando efetivamente 1 bilhão de reais no caixa do governo distrital. No processo que foi célere, com apenas 3 dias de roadshow, a oferta teve demanda de 2.5 bilhões, vindas de diversas instituições do sistema financeiro.

Esse procedimento fez com que houvesse compressão da taxa de remuneração aos investidores e que o GDF estava disposto a pagar. De CDI + 4,90%, fechou o pregão em CDU + 4,25% ao ano. Foi resultado expressivo e muito importante para o mercado.

Agora, depois de 2 anos da aprovação da LC 208, em maio de 2024, sancionada e publicada em julho daquele ano, finalmente operações começam a acontecer, e serão muitas. Dezenas de cidades estão trabalhando nas suas modelagens e se organizando para, ainda em 2026, publicarem seus editais de licitação para

"O custo benefício ficou por demais desequilibrado e fere frontalmente o princípio da economicidade, fazendo com que o custo desse recurso seja alto demais na relação com outras possibilidades" .

a contratação dos serviços das instituições do sistema financeiro nacional que lhes permita acessar tão importantes recursos, com uso determinado para a previdência e investimentos, os dois maiores problemas nas gestões estaduais e municipais.

É importante para aqueles que desejarem acessar esses recursos de forma correta, que a modelagem seja ampla e completa, observe as condições de cada ente público, estudando detalhadamente o orçamento, as necessidades, alocações ideais dos recursos, o custo benefício e os ganhos institucionais e operacionais, além de sempre observar o princípio da economicidade.



Carlos Kerbes

Professor, pesquisador, palestrante, consultor tributário e financeiro, e especialista em gestão pública, controladoria e finanças. Referência nacional em Securitização.



A fronteira entre saúde e assistência social

Por Isabela Giglio

O repasse de recursos públicos para Instituições de Longa Permanência para Idosos, as ILPIs, costuma gerar dúvida nos Municípios, sobretudo quando a verba vem de emenda parlamentar ligada à saúde. Nem toda despesa com idosos, porém, pode ser paga com esse tipo de recurso.

A Lei Complementar nº 141/2012 definiu regras objetivas para indicar o que pode ser tratado como ação e serviço público de saúde.

Para entrar nessa categoria, a despesa deve cumprir requisitos simultâneos: estar voltada à promoção, proteção ou recuperação da saúde; garantir acesso universal, igualitário e gratuito; e integrar as atribuições próprias do setor, de acordo com o Plano de Saúde. Não basta, portanto, que a atividade seja relevante ou socialmente útil.

Isso importa porque a lei impede que recursos da saúde financiem políticas de outra natureza.

O texto exclui expressamente as ações de assistência social do conceito de gasto em saúde. Isso significa que o benefício indireto ao bem-estar não resolve o problema jurídico do enquadramento.

É aí que se inserem as ILPIs. Em regra, essas instituições têm natureza assistencial e residencial. Seu papel principal é acolher idosos e garantir proteção, moradia, alimentação, higiene e acompanhamento cotidiano. Mesmo quando contam com profissionais como fisioterapeuta, nutricionista, enfermeiro ou psicólogo, isso não transforma automaticamente a atividade em serviço público de saúde em sentido estrito.

Na prática, o custeio geral de uma ILPI com recursos da saúde não se mostra seguro. Pagamento de cuidadores, cozinheira, equipe administrativa, serviços gerais, materiais de limpeza, manutenção da estrutura ou aquisição de bens voltados ao funcionamento da entidade normalmente revelam despesas de sustentação institucional. São gastos importantes, mas tendem a estar ligados à assistência social.

A dificuldade aparece com frequência na análise de planos de trabalho apresentados por entidades privadas. Muitos reúnem custeio de pessoal, compra de equipamentos, despesas operacionais e manutenção do atendimento diário. Ainda que existam componentes de cuidado à saúde, o objeto global costuma

permanecer vinculado ao acolhimento institucional. Além disso, o atendimento nesses casos geralmente é direcionado a um grupo determinado de residentes, e não à população em geral, o que afasta a universalidade exigida pela LC nº 141/2012.

Isso não quer dizer que toda utilização de recursos da saúde seja impossível. Há situações excepcionais em que o objeto pode ser delimitado como ação tipicamente sanitária, integrada ao

“O texto exclui expressamente as ações de assistência social do conceito de gasto em saúde. Isso significa que o benefício indireto ao bem-estar não resolve o problema jurídico do enquadramento”.

SUS e prevista no Plano Municipal de Saúde. Projetos voltados, por exemplo, à prevenção, à educação em saúde ou ao apoio direto a ações públicas específicas podem admitir análise mais favorável, desde que não se confundam com a manutenção da entidade.

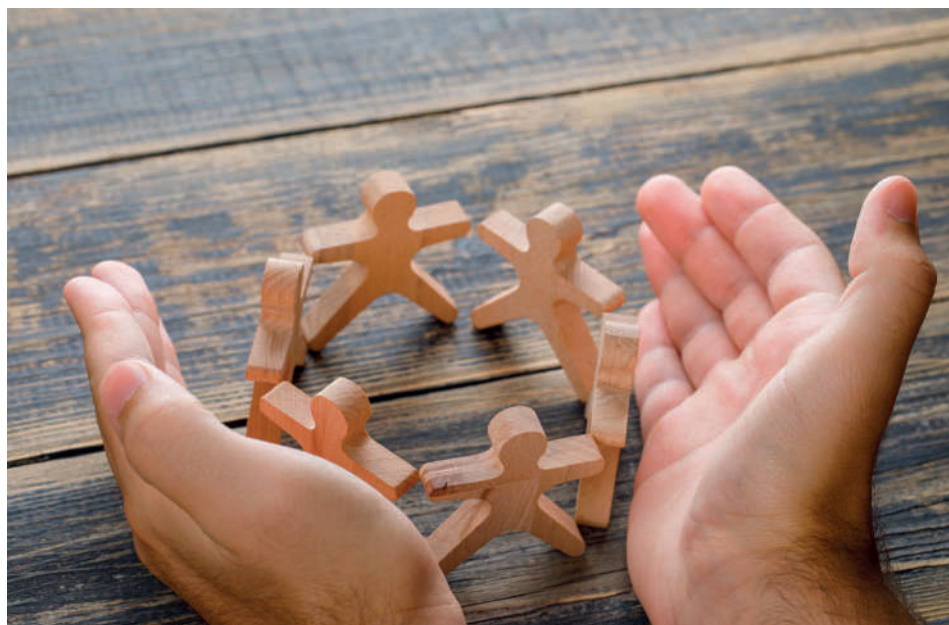
A diferença está no foco da despesa. Quando a emenda financia uma ação pública de saúde propriamente dita, com finalidade sanitária definida, há espaço para discussão jurídica. Quando o recurso serve para manter a instituição e sua rotina de acolhimento, o vínculo mais adequado tende a ser com a assistência social.

Para o gestor municipal, a cautela é olhar além da classificação formal da emenda. Não basta que a verba esteja alocada na saúde; é preciso verificar a natureza real do objeto, sua aderência ao planejamento sanitário e a compatibilidade com os critérios legais. A execução sem esse exame pode gerar aponta-

mentos dos órgãos de controle e insegurança administrativa.

Por isso, quando o plano de trabalho revelar conteúdo predominantemente assistencial e institucional, a solução mais prudente é direcionar o repasse para a política pública correta. Nas ILPIs, esse caminho costuma ser a assistência social. Respeitar essa separação não é formalismo excessivo: é medida de legalidade, boa gestão e proteção ao próprio gestor.

No cenário atual, em que o envelhecimento da população amplia a demanda por acolhimento e cuidado, apoiar entidades desse tipo é cada vez mais necessário. Mas a relevância social da atividade não afasta a necessidade de observar os limites legais. Entre saúde e assistência, a distinção pode parecer sutil. Juridicamente, ela é decisiva para garantir segurança no uso do dinheiro público.



Isabela Giglio - advogada, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).



Fred Guidoni, presidente da APM (ao centro), representando a instituição paulista, durante um dos debates

Cidades inteligentes, municípios mais fortes

Evento realizado em Campina Grande reuniu lideranças de todo o país para discutir tecnologia, inteligência artificial e soluções para transformar a gestão pública

Por Elaine Garcia

Campina Grande, na Paraíba, se transformou, entre os dias 10 e 12 de junho, em um dos principais centros nacionais de debate sobre inovação, tecnologia e gestão pública. A cidade sediou a edição 2026 do Smart Cities Park, evento que reuniu prefeitos, gestores públicos, especialistas, empresas de tecnologia e entidades municipalistas para discutir o futuro das cidades brasileiras e os caminhos para uma administração pública mais eficiente, conectada e sustentável.

Promovido pela Federação das Associações de Municípios

da Paraíba (Famup), com apoio do Instituto Paulo Ziulkoski e do Governo da Paraíba, o encontro consolidou-se como uma das principais iniciativas voltadas à modernização da gestão municipal no país. A programação abordou temas estratégicos como inteligência artificial, transformação digital, governança, sustentabilidade, conectividade, eficiência energética, cidades inteligentes e inovação aplicada aos serviços públicos.

Mais do que um espaço para palestras e exposições, o Smart Cities Park foi concebido como

um ambiente de troca de experiências e construção de soluções capazes de impactar diretamente a vida dos cidadãos. A proposta do evento é aproximar gestores públicos das ferramentas e tecnologias que já estão transformando a administração municipal em diferentes regiões do Brasil. Segundo Pedro Dantas, secretário-executivo da Famup e um dos coordenadores do evento, a escolha de Campina Grande como sede está diretamente ligada à vocação tecnológica da cidade. “Campina Grande é reconhecida como a capital nordesti-

na da tecnologia. Ao mesmo tempo, abriga o Maior São João do Mundo. Não poderia haver cenário mais adequado para receber um evento que discute inovação, desenvolvimento e gestão pública”, destacou.

Durante os três dias de programação, os participantes acompanharam painéis, apresentações de cases de sucesso, demonstrações tecnológicas e debates sobre os desafios enfrentados pelas administrações municipais em um cenário de rápida transformação digital.

Municipalismo e inovação caminham juntos

Um dos grandes destaques do Smart Cities Park foi a forte presença do movimento municipalista. Lideranças de diversas regiões do país participaram das discussões, reforçando a necessidade de fortalecer a capacidade dos municípios diante das novas demandas da sociedade.



O evento reuniu participantes de todo o país.

Entre os convidados esteve o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, idealizador do Instituto, que leva seu nome e uma das principais referências do municipalismo brasileiro. Em sua participação, Ziulkoski destacou a importância de inserir a inovação no centro das estratégias de gestão pública, defendendo que os municípios precisam estar preparados para utilizar novas tecnologias como instrumentos de melhoria dos serviços ofereci-

dos à população.

A presença da CNM reforçou o caráter nacional do evento, que recebeu representantes de diferentes estados brasileiros e promoveu uma ampla troca de experiências entre administrações municipais com diferentes realidades e desafios.

APM leva experiências paulistas à Paraíba

Parceira institucional do Smart Cities Park, a Associação Paulista de Municípios (APM) participou ativamente do evento, levando ao público suas experiências e iniciativas voltadas à modernização da gestão municipal. A entidade contou com espaço próprio para apresentar projetos, soluções e ações desenvolvidas junto aos municípios paulistas, demonstrando como a inovação pode ser incorporada ao cotidiano das administrações locais.

O presidente da APM, Fred Guidoni, participou das atividades e destacou a importância de am-



Participantes do evento, junto com um dos organizadores do Smart Cities Park, Pedro Dantas.

pliar o diálogo entre os municípios brasileiros em torno da transformação digital. “A tecnologia avança a cada dia e os municípios não podem ficar de fora dessa discussão. Como representante do municipalismo paulista, levaremos para o debate muita qualificação técnica e experiências de sucesso em nosso estado, promovendo um intercâmbio entre gestores públicos de todo o país”, afirmou.

A participação da APM reforçou o compromisso da entidade com a busca permanente por soluções inovadoras para os municípios paulistas, além de ampliar o intercâmbio de boas práticas com outras regiões do Brasil.

Cidades mais inteligentes e humanas

O conceito de cidade inteligente esteve presente em praticamente todas as discussões do evento. No entanto, os debates deixaram claro que uma Smart City, vai muito além da adoção de tecnologias.

Para os especialistas presentes, cidades inteligentes são aquelas



Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da CNM (ao centro), junto com o organizador do Smart Cities, Pedro Dantas (canto direito), e outras autoridades.

capazes de utilizar inovação, dados e conectividade para melhorar a qualidade de vida das pessoas, tornando os serviços públicos mais eficientes, acessíveis e sustentáveis.

Ao reunir gestores públicos, empresas, universidades, pesquisadores e instituições municipalistas, o Smart Cities Park demonstrou que a construção dessas cidades passa necessariamente pela cooperação entre diferentes setores e pela capacidade dos municípios de transformar conhecimento em políticas públicas efetivas.

A edição 2026 consolidou Cam-



Pedro Dantas, secretário-executivo FAMUP

pina Grande como um importante polo nacional de inovação e reforçou o papel do municipalismo na construção de cidades mais modernas, eficientes e preparadas para os desafios do futuro. Mais do que apresentar tendências tecnológicas, o Smart Cities Park reafirmou uma mensagem central: o futuro das cidades começa nas decisões tomadas hoje pelos gestores municipais.



Fred Guidoni, presidente da APM, durante uma das discussões em grupo.

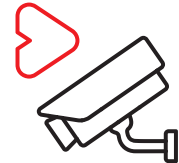
Fonte: FAMUP

SEGURANÇA É MAIS DO QUE FÓRÇA, É INTELIGÊNCIA

SP NA DIREÇÃO CERTA



MURALHA PAULISTA



PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA,
SP CONTA COM CÂMERAS INTEGRADAS PARA
COMBATER O CRIME

+ DE 125 MIL CÂMERAS



PATRULHA MULHER SEGURA



PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA,
PATRULHAMENTO EXCLUSIVO PARA PROTEÇÃO
DA MULHER

+ 100 VIATURAS ATÉ O FIM DO ANO



RECUPERA SP



PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA,
O DINHEIRO APREENDIDO DO CRIME ORGANIZADO
É REINVESTIDO EM SEGURANÇA

+ DE R\$ 120 MILHÕES JÁ RECUPERADOS



ESCANEE E SAIBA MAIS

ACESSE E SAIBA MAIS:
INTELENCIACONTRAOCRIME.SP.GOV.BR





Inteligência artificial e redes sociais no direito eleitoral: um tema antigo que se renova a cada eleição

Por Flávio Henrique Costa Pereira

A cada ciclo eleitoral surgem novas tecnologias, novas formas de comunicação e novos instrumentos de influência sobre o eleitorado. Em contrapartida, permanecem os mesmos desafios que historicamente acompanham o Direito Eleitoral: a preservação da igualdade de oportunidades entre candidatos, a proteção da liberdade de escolha do eleitor e a ga-

rantia da legitimidade do processo democrático.

Foi assim com o rádio, com a televisão, com a internet e, mais recentemente, com as redes sociais. Agora, o debate se renova diante da expansão das ferramentas de inteligência artificial, capazes de produzir textos, imagens, vídeos e áudios cada vez mais sofisticados.

Embora frequentemente apre-

sentada como uma novidade revolucionária, a inteligência artificial desperta preocupações jurídicas que não são propriamente novas. O que muda são os instrumentos utilizados para influenciar a opinião pública; os princípios que orientam o Direito Eleitoral permanecem os mesmos.

Inteligência artificial: oportunidade e responsabilidade

Não há razão para demonizar a inteligência artificial. Quando utilizada de forma ética e transparente, observando os limites legais, ela aprimorara a comunicação do poder público, facilita a produção de conteúdo informativo e amplia o acesso dos cidadãos às informações de interesse coletivo.

O problema não está na tecnologia, mas na forma como ela é empregada. A utilização de recursos tecnológicos para criar percepções artificiais da realidade e induzir o eleitor a erro pode comprometer valores essenciais do regime democrático.

Nesse contexto, um dos temas mais debatidos atualmente envolve os chamados deepfakes, conteúdos produzidos por inteligência artificial capazes de simular falas, imagens ou comportamentos de pessoas reais.

A crescente sofisticação dessas ferramentas tornou mais difícil distinguir conteúdos autênticos de conteúdos manipulados. Em um ambiente de comunicação instantânea, uma informação falsa pode alcançar milhares de pessoas em poucas horas e influenciar signifi-

cativamente o debate público.

Por essa razão, a regulamentação eleitoral passou a exigir maior transparência na utilização de conteúdos gerados ou significativamente alterados por inteligência artificial. E a Justiça Eleitoral sinaliza, de forma clara, com uma atuação efetiva contra abusos que venham a ser praticados.

Os riscos para prefeitos e vereadores

Embora as discussões sobre inteligência artificial normalmente estejam associadas às campanhas eleitorais, os cuidados devem começar antes do período de propaganda.

Prefeitos e vereadores mantêm presença constante nas redes sociais, divulgando realizações e prestando contas à população. Nesse cenário, o uso inadequado de ferramentas de inteligência artificial pode gerar questionamentos relevantes.

A criação de conteúdos que retratem situações inexistentes, a utilização de imagens produzidas artificialmente sem adequada contextualização ou a divulgação de informações enganosas podem produzir repercussões jurídicas significativas.

Além disso, permanece atual um dos temas mais sensíveis do Direito Eleitoral: a distinção entre comunicação institucional legítima e promoção pessoal. A tecnologia mudou; o desafio jurídico continua o mesmo.

Comunicação institucional e promoção pessoal

A Constituição Federal determina que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social. Sua finalidade é informar, não promover agentes políticos.

Com o auxílio da inteligência artificial, tornou-se mais simples produzir conteúdo em larga escala e ampliar o alcance das publicações institucionais. Essa facilidade tecnológica exige atenção redobrada dos gestores públicos.

A linha divisória entre divulgação legítima de ações governamentais e promoção pessoal sempre foi objeto de fiscalização pela Justiça Eleitoral. No ambiente digital, essa distinção tende a se tornar ainda mais delicada.

Preparação para as eleições de 2026 e para os pleitos futuros

As eleições gerais de 2026 representam mais um capítulo da constante adaptação do Direito Eleitoral às transformações tecnológicas.

As reflexões decorrentes desse cenário interessam não apenas aos candidatos, mas também aos atuais prefeitos, vereadores e gestores públicos. A divulgação de atos, programas e obras vinculados a agentes políticos que disputarão eleições exige cautela permanente.

Caso a Justiça Eleitoral identifique abuso ou desvio de finalidade, as consequências podem alcançar

não apenas candidatos, mas também os próprios agentes públicos envolvidos, com sanções que variam de multas à inelegibilidade.

Mais do que conhecer as novas regras, é necessário compreender os valores que elas procuram proteger: transparência, autenticidade das informações, igualdade de oportunidades e liberdade de escolha do eleitor.

Conclusão

As ferramentas mudam. As plataformas se transformam. As estratégias de comunicação evoluem. O compromisso com eleições livres, transparentes e legítimas, porém, deve permanecer o mesmo.

Para prefeitos e vereadores, a principal lição é clara: a tecnologia pode mudar a forma de fazer política, mas não altera os princípios que devem orientá-la.

Em um cenário de constantes transformações tecnológicas e normativas, a consulta preventiva às Procuradorias Municipais e a profissionais especializados em Direito Eleitoral continua sendo a forma mais segura de evitar riscos e garantir uma atuação compatível com os limites legais.



Flávio Henrique Costa Pereira - Advogado



Mulheres na política: avanços, desafios e as novas regras para as eleições de 2026

Participação feminina cresce no país, mas ainda enfrenta obstáculos para alcançar maior representatividade nos espaços de decisão

Por Elaine Garcia

As eleições de 2026 recolocam em evidência um dos principais desafios da democracia brasileira: ampliar a presença das mulheres nos espaços de representação política. Embora elas correspondam a cerca de 53% do eleitorado nacional, sua participação nos cargos eletivos ainda está distante dessa proporção. Dados da Justiça Eleitoral mostram que, nos últimos anos, as mulheres representaram pouco mais de um terço das candidaturas registradas e menos de 20% dos eleitos

em todo o país.

Diante desse cenário, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério Público Eleitoral reforçaram para as eleições deste ano um conjunto de medidas voltadas à ampliação da participação feminina, ao fortalecimento das candidaturas de mulheres e ao combate à violência política de gênero. As iniciativas buscam reduzir desigualdades históricas e garantir condições mais equilibradas para a disputa eleitoral.

Cotas e financiamento

Uma das principais ferramentas para ampliar a participação feminina é a chamada cota de gênero. Pela legislação eleitoral, os partidos políticos devem reservar pelo menos 30% das candidaturas para mulheres nas eleições proporcionais, que incluem os cargos de vereadora e deputada. O descumprimento da regra pode resultar em punições severas, incluindo a cassação de candidaturas e a anulação dos votos obtidos.

Além das vagas nas chapas, a legislação também determina a destinação mínima de 30% dos recursos de campanha e do tempo de propaganda eleitoral para candidaturas femininas. O objetivo é garantir que as mulheres tenham condições efetivas de competir em igualdade de oportunidades durante o processo eleitoral.

Outra medida importante estabelece que os partidos devem investir parte dos recursos do Fundo Partidário em programas permanentes de incentivo à participação política das mulheres, fortalecendo a formação de lideranças e a preparação de futuras candidatas.

Combate à violência política de gênero

Entre os temas que mais mobilizam a Justiça Eleitoral está a violência política contra mulheres. Desde 2021, a legislação brasileira considera crime eleitoral ações destinadas a constranger, humilhar, ameaçar ou impedir a atuação política de candidatas e ocupantes de mandatos eletivos.

A prática pode ocorrer de diversas formas, incluindo ataques nas

redes sociais, divulgação de informações falsas, ameaças, perseguições e campanhas de desqualificação baseadas em questões de gênero. As penas incluem multa e prisão, podendo ser ampliadas quando os ataques ocorrem em ambiente digital.

Segundo o Ministério Público Eleitoral, o enfrentamento à violência política de gênero é uma das prioridades das eleições de 2026. O órgão atua na fiscalização das campanhas, na investigação de denúncias e na responsabilização dos envolvidos em práticas ilícitas.

Novidades para 2026

Entre as atualizações para este pleito, destaca-se a possibilidade de utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para custear medidas de segurança destinadas a candidatas que estejam expostas a riscos decorrentes da atividade política. A medida busca oferecer maior proteção às mulheres que enfrentam situações de intimidação ou ameaças durante o período eleitoral.

Outra inovação envolve o com-

bate ao uso abusivo da inteligência artificial. As novas regras eleitorais estabeleceram limites para a produção e divulgação de conteúdos manipulados digitalmente, especialmente aqueles que possam atingir a honra e a imagem de candidatas. O objetivo é conter práticas que vêm sendo utilizadas para disseminar desinformação e violência digital contra mulheres na política.

Além disso, recentemente o Ministério Público Eleitoral encaminhou recomendações aos partidos políticos reforçando a necessidade de garantir apoio efetivo às candidaturas femininas, assegurando a correta distribuição de recursos e o cumprimento das ações afirmativas previstas na legislação.

O papel dos municípios

A ampliação da participação feminina não depende apenas das regras eleitorais. Municípios, associações municipalistas, partidos políticos e entidades da sociedade civil têm papel fundamental na formação de lideranças e no estímulo à ocupação dos espaços de decisão por mulheres.

Prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras e gestoras públicas vêm desempenhando papel cada vez mais relevante na administração municipal brasileira, contribuindo para a construção de políticas públicas mais inclusivas e representativas. O fortalecimento dessa presença é visto por especialistas como um passo importante para o aperfeiçoamento da democracia e para a ampliação da pluralidade nas decisões que impactam diretamente a vida da população.

Fonte: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



QUANDO O TRABALHO DO
**GOVERNO DO
ESTADO ESTÁ
NA DIREÇÃO
CERTA,**
O FUTURO TAMBÉM ESTÁ.

Em menos de 4 anos, São Paulo atingiu **recordes e números jamais vistos.**

São avanços em todas as áreas, que mostram que o futuro dos paulistas está na direção certa.

✓ **Tabela SUS Paulista**

Recorde histórico de **3,5 milhões** de cirurgias realizadas.

✓ **Prontos Pro Mundo**

Inédito: intercâmbio para alunos da rede pública.

Mil alunos por ano.

✓ **Mais oportunidades para os jovens**

Aumento de **134%** nas matrículas do Ensino Médio Técnico.



Recorde na geração de empregos

Estado que mais gera empregos: **+ 1,3 milhão** de vagas.



APP SP Mulher Segura

Pioneirismo, segurança e rede de apoio na palma da mão. Botão do pânico para socorro imediato.



Casa Paulista

Maior programa habitacional da história: **+ 85 mil** lares entregues. **+ 115 mil** em construção.



Superação SP

Maior programa social da história. Capacitação, apoio humanizado e incentivo de até **R\$ 10 mil**.



Aumento do efetivo policial

Maior contratação de efetivo policial: **26,5 mil** policiais até o fim da gestão.



Tarifa Social Paulista

6 milhões de pessoas com até **78%** de desconto na conta de água.



Acesse o QR Code e saiba mais



SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO

SÃO PAULO SÃO TODOS

Sua empresa
precisa crescer
ou ganhar fôlego?

oxigena
ajuda você.

Conheça o programa do Sebrae que orienta o seu acesso ao crédito.

Com ele, você recebe acompanhamento especializado para usar o recurso de forma inteligente e organizar as finanças da sua empresa. Se você quer expandir suas operações ou sair do sufoco, conte com o Sebrae para respirar aliviado.



Acesse
o QR Code.

Oxigena. Mais fôlego para sua empresa.

